Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Terça-feira, 24 de setembro de 2024

EDIÇÃO 25.170

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Inadimplência cai pelo 2º mês seguido em MG PÁG. 4

Mercado de carbono precisa ser precificado PÁG. 14

Grupo Valence aposta na diversificação PÁG. 11



Wanderson Rocha questiona o modelo de gestão compartilhada entre os setores público e privado FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / BRENO RIBEIRO

Rocha propõe estatizar os serviços essenciais

ENTREVISTA Candidato do PSTU à PBH defende a criação de conselhos populares para democratizar o processo de decisão do Executivo municipal

Eleições 2024

Candidato à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) pelo PSTU, Wanderson Rocha é servidor público municipal, professor e sindicalista. Uma de suas principais propostas para a capital mineira é municipalização e estatização de serviços essenciais, como transporte público, saúde e educação. Ele critica o modelo de gestão compartilhada entre o setor público e a iniciativa privada, ao argumentar que nem os investimentos ou subsídios foram capazes de garantir melhorias significativas de qualidade.

Rocha também defende a criação de conselhos populares, formados por usuários, especialistas e trabalhadores para garantir um processo decisório mais democrático e eficiente em relação às demandas da sociedade. "Nossa ideia é descentralizar as decisões da prefeitura. Os conselhos vão ser uma forma de descentralizar essas decisões. Não é igual o orçamento participativo, que era uma porcentagem mínima", explica.

O candidato encerra a série de entrevistas do Diário do Comércio com alguns dos principais concorrentes ao cargo de prefeito. PÁGS. 8 E 9



O VBP da cafeicultura em Minas Gerais tende a crescer 30,3% em 2024, chegando a R$ 36,5 bilhões FOTO: DIVULGAÇÃO / SEBRAE MINAS

Faturamento bruto do agronegócio mineiro deve aumentar 7,2% neste ano

Estimado em 137,05 bilhões com base em dados de agosto, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de Minas Gerais deve crescer 7,2% neste ano frente a 2023. A previsão para as lavouras é de R$ 91,1 bilhões, com alta de 6,5%. O avanço é puxado pelo café, cujo faturamento bruto tende a aumentar 30,3%, chegando a R$ 36,5 bilhões, em função da valorização no mercado. Já o VBP da pecuária deve subir 8,8%, atingindo R$ 45,89 bilhões, apesar da queda de 3,6% do leite. PÁG. 10

Cimed desiste de implantar fábrica em Montes Claros

A Cimed engavetou o projeto de instalar unidade no Norte de Minas e vai investir R$ 150 milhões para expandir a sua planta em Pouso Alegre FOTO: DIVULGAÇÃO / CIMED

Ao invés de implantar uma unidade em Montes Claros, no Norte de Minas, a Cimed decidiu ampliar a sua fábrica em Pouso Alegre, no Sul do Estado, afirmou ontem o CEO da indústria farmacêutica, João Adibe Marques, durante evento do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em Belo Horizonte. A expansão da planta, com conclusão prevista até o fim de 2025, demandará investimento de R$ 150 milhões. A expectativa é que os aportes dobrem a capacidade de fabricação dos chamados "produtos de consumo", de higiene e beleza. PÁG. 3

EDITORIAL

A arrecadação da União somou R$ 201,6 bilhões em agosto, com aumento real de 12% na comparação com igual período do exercício anterior, segundo a Receita Federal. Entre janeiro e agosto a arrecadação de tributos federais somou R$ 1,73 trilhão, valor correspondente a mais um recorde histórico. Diante dos números apresentados e das projeções para o quarto trimestre do ano, a equipe econômica dá indicações de que as mudanças de cenário podem levar também à redução de pressões no que toca ao reequilíbrio das contas públicas e dos cortes orçamentários consequentes. O festejado aumento da arrecadação não pode ser visto como sinal verde para acomodação e, adiante, gastança. Nesse rumo, estaremos na melhor das hipóteses apenas cavando mais fundo o buraco do desperdício. PÁG. 2



Vendas de veículos eletrificados sobem 108% em Minas

De janeiro a agosto deste ano, foram emplacados 6.518 veículos eletrificados no Estado, segundo os dados da ABVE FOTO: JOSÉ CRUZ / AGÊNCIA BRASIL

Um dos cinco maiores mercados do País, Minas Gerais registrou 6.518 emplacamentos de veículos eletrificados no acumulado do ano até agosto, um crescimento de 108% frente ao mesmo período de 2023. De acordo com os dados da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), no Estado, 401 dos 853 municípios (47%) possuem pelo menos um veículo eletrificado emplacado, correspondendo a cerca de 7% das vendas totais do Brasil, que somaram 109.283 unidades nos oito primeiros meses de 2024, um avanço de 123%. PÁG. 6

ARTIGOS

PÁGINAS 2 E 3

DÓLAR DIA 23

	Compra	Venda
COMERCIAL	R$ 5,5340	R$ 5,5340
TURISMO	R$ 5,5690	R$ 5,7490
PTAX (BC)	R$ 5,5440	R$ 5,5446

EURO DIA 23

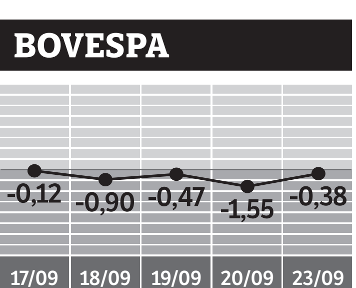
	Compra	Venda
COMERCIAL	R$ 6,1699	R$ 6,1711

OURO DIA 23

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.628,44
BM&F (g)	R$ 468,63

TR dia 24	0,0672%
POUPANÇA dia 24	0,5675%
IPCA – IBGE agosto	-0,02%
IPCA – IPEAD agosto	-0,25%
IGP-M agosto	0,29%

BOVESPA







OPINIÃO

O tão falado DNA inovador



LUCIANA ZANINI

Executiva, especialista em finanças, pessoas e negócios

No mundo corporativo, a palavra "inovação" está sempre em alta. Mas será que as empresas conseguem transformar esse discurso em prática? Ao nos aproximarmos do cotidiano organizacional, fica claro que muitas companhias, em vez de inspiradas, estão sufocadas pelas demandas imediatas e a pressão por resultados rápidos. O tão falado "DNA inovador" se perde nesse turbilhão. Segundo o relatório Most Innovative Companies 2023 da Boston Consulting Group, 79% das empresas priorizam a inovação, e 66% planejam aumentar seus investimentos nessa área. Mas será que mais investimentos, por si só, garantem uma cultura verdadeiramente inovadora? A resposta é não.

Criar um ecossistema de inovação vai além de seguir modismos, adotar novas tecnologias ou copiar modelos de sucesso de outras organizações. Inovação verdadeira é estratégica, integrada e deve estar enraizada nos valores e propósito da empresa. Esse ecossistema precisa respeitar as particularidades da sua comunidade, localização e, acima de tudo, das pessoas que fazem parte dele.

Em grandes corporações, inovar é como mudar o curso de um transatlântico: exige clareza, paciência e coragem para enfrentar a resistência. Medo de mudança, culturas enraizadas e a preocupação em perder valores centrais são barreiras comuns. Mas a inovação não precisa colidir com a essência da empresa. Pelo contrário, ela deve fortalecê-la. O segredo está em manter o equilíbrio, promovendo um ambiente de troca de ideias e abertura ao novo.

Inovar não é um objetivo isolado, mas uma ferramenta estratégica de longo prazo que precisa atravessar todos os setores. Empresas que conseguem inovar de forma consistente são aquelas que alinham suas ambições aos seus valores fundamentais. Elas entendem que inovar com propósito fortalece a organização, preparando-a para o futuro, sem sacrificar aquilo que é mais essencial.

No Inhotim, vejo esse processo de perto todos os dias. A inovação aqui não se limita à arte ou à natureza. Ela está no jeito de fazer e de se relacionar com o Inhotim. A experimentação é o alicerce que nos permite inovar sem perder a alma que torna o Inhotim único. É essa combinação de inovação e preservação que mantém nossa relevância

Os valores de uma empresa não são obstáculos à mudança, mas pilares que sustentam sua evolução. Inovar respeitando esses fundamentos é o que constrói uma cultura de inovação duradoura — uma cultura que vai além das tendências e transforma, de forma profunda, o impacto da empresa no mundo.

As cadeiradas da democracia



ANDRÉ NAVES

Defensor Público Federal, especialista em Direitos Humanos, Inclusão Social e Economia Política. Escritor e professor

As eleições municipais são um momento crucial de renovação política, em que a sociedade deveria ter a oportunidade de debater ideias e discutir soluções concretas para os problemas que afligem o cotidiano urbano. Entretanto, as eleições paulistanas, salvo raras exceções, têm se transformado em um triste espetáculo de acusações, insultos e mentiras, em vez de uma arena para o confronto de ideias que visem o bem comum. O que deveria ser uma oportunidade para os candidatos apresentarem projetos para melhorar a vida da cidade, especialmente para as pessoas com deficiência e seus cuidadores, se torna um palco de agressões, onde cadeiras são arremessadas metaforicamente (ou até literalmente) em vez de propostas.

Esse cenário reflete um deserto de propostas concretas sobre temas fundamentais para a vida urbana, como zeladoria, urbanismo, mobilidade, saúde e educação. Em uma cidade como São Paulo, a ausência de discussões sobre a acessibilidade das calçadas, a iluminação pública e as políticas de proteção social revela a falta de compromisso com a inclusão e com a dignidade da pessoa humana. As pessoas com deficiência, que dependem de um ambiente urbano acessível e seguro, ficam esquecidas em meio ao caos eleitoral. Elas, assim como seus cuidadores, permanecem à margem, sem que seus direitos sejam devidamente contemplados nas plataformas eleitorais.

O vácuo de propostas é preenchido por uma espetacularização vazia, onde o debate de ideias é substituído por uma troca incessante de ofensas. A democracia, que deveria ser uma oportunidade de engajamento construtivo, é ofuscada pela superficialidade de discursos que apelam ao emocional, mas que carecem de substância. Essa dinâmica contribui para a alienação do eleitor, que, desiludido com a falta de alternativas concretas, muitas vezes opta pela abstenção ou por votos motivados mais por rejeição a um candidato do que por afinidade com propostas.

O tema da emergência climática, que afeta todos, mas especialmente as pessoas com deficiência, exemplifica bem esse cenário. Em um momento em que a crise climática já causa impactos profundos no cotidiano das grandes cidades, como eventos extremos e o aumento das doenças respiratórias, há um silêncio ensurdecedor sobre políticas que enfrentem essas questões de forma inclusiva e eficaz. As pessoas com deficiência, por sua vulnerabilidade, são ainda mais afetadas por esses fenômenos, e a ausência de políticas que lhes garantam segurança, mobilidade e saúde é um reflexo do descaso generalizado com as minorias.

Diante desse panorama, cabe a nós, eleitores, um papel fundamental. Não podemos permitir que a democracia seja reduzida a um teatro de ofensas e espetáculo vazio. Temos a responsabilidade de investigar, questionar e cobrar dos candidatos propostas concretas que enfrentem os problemas reais da cidade. Quem ocupará a cadeira mais importante do município, a de prefeito, deve ter como prioridade a promoção da inclusão social, o cuidado com a cidade e com seus cidadãos mais vulneráveis, e o compromisso com o futuro, especialmente diante das urgências climáticas e sociais que nos cercam.

É essencial que fiquemos atentos aos charlatões que se alimentam do ódio e da desinformação. A cadeira do prefeito não pode ser ocupada por aqueles que desprezam a inclusão e a cidadania, mas sim por quem tenha coragem e competência para transformar o espaço urbano em um local acessível, seguro e acolhedor para todos. Neste momento de escolhas, nossa decisão definirá o rumo da cidade, e é preciso que ela seja feita com base na razão, e não nas cadeiradas de ódio e insultos que tentam mascarar a falta de propostas.

Assim, ao invés de permitir que a política municipal continue mergulhada no vazio de ideias e valores, precisamos exigir mais. Segurança, acessibilidade, educação, saúde, cultura e proteção social são direitos de todos, e cabe a nós garantir que esses temas ocupem o centro do debate. As eleições são o momento de erguer a voz contra os que tentam transformar a política em um show de horrores, e reafirmar o compromisso com uma cidade mais justa, inclusiva e humana para todos os seus habitantes.

EDITORIAL

Mudar para não acomodar

A arrecadação da União somou R$ 201,6 bilhões em agosto passado, com aumento real de 12% na comparação com igual período do exercício anterior, segundo a Receita Federal. Entre janeiro e agosto a arrecadação de tributos federais somou R$ 1,73 trilhão, valor correspondente a mais um recorde histórico e produzindo nos gabinetes de Brasília algum alívio, principalmente com relação à busca do reequilíbrio fiscal. Produziu efeito semelhante a revisão do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2024, agora estimado em 3,2% pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, que antes apostava num crescimento de 2,5%. A inflação anualizada deverá chegar a 4,25%, abaixo do teto para o período.

Diante dos números apresentados e das projeções para o quarto trimestre do ano, especialmente no que toca ao aumento da arrecadação, a equipe econômica dá indicações de que as mudanças de cenário podem levar também à redução de pressões no que toca ao reequilíbrio das contas públicas e dos cortes orçamentários consequentes.

O que parece transparecer na realidade é algo bem próximo da acomodação, sugerindo que poderiam estar com a razão aqueles que já no ano passado anunciavam que o reequilíbrio fiscal, ou "déficit zero" como alguns preferem, poderia ser alcançado com aumento da arrecadação e não necessariamente com corte de despesas. Não é este o ponto e tampouco parece ser um bom agouro, não pelo menos para aqueles que esperam e cobram mudanças de atitude e não apenas um esforço de acomodação, ainda distante do zelo que no trato com o dinheiro público deveria ser impositivo e permanente, independentemente de desvios conjunturais positivos ou negativos.

Trata-se, em qualquer tempo e a qualquer hora, de vigiar, de cobrar e exigir que os gastos públicos partam de bases menos elásticas e menos indulgentes, num processo em que a sua qualidade seja tão importante quanto a quantidade. E o tempo todo, no entendimento de ser esta precisamente a primeira das obrigações de todo e qualquer agente público. Fazer diferente será muito mais que simplesmente saber fazer o registro e apresentação das contas públicas, obedecendo as regras, neste caso apenas burocracia e aparências, mas deixando de lado a ética e a correção no seu sentido mais verdadeiro e absoluto.

Estamos enxergando e propondo, evidentemente, padrões mais rígidos e é nesse sentido que entendemos que o festejado aumento da arrecadação não pode ser visto como sinal verde para acomodação e, adiante, gastança. Nesse rumo, estaremos na melhor das hipóteses apenas cavando mais fundo o buraco do desperdício.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick
Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL

Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)

assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte
nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:
viasuperlog
Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

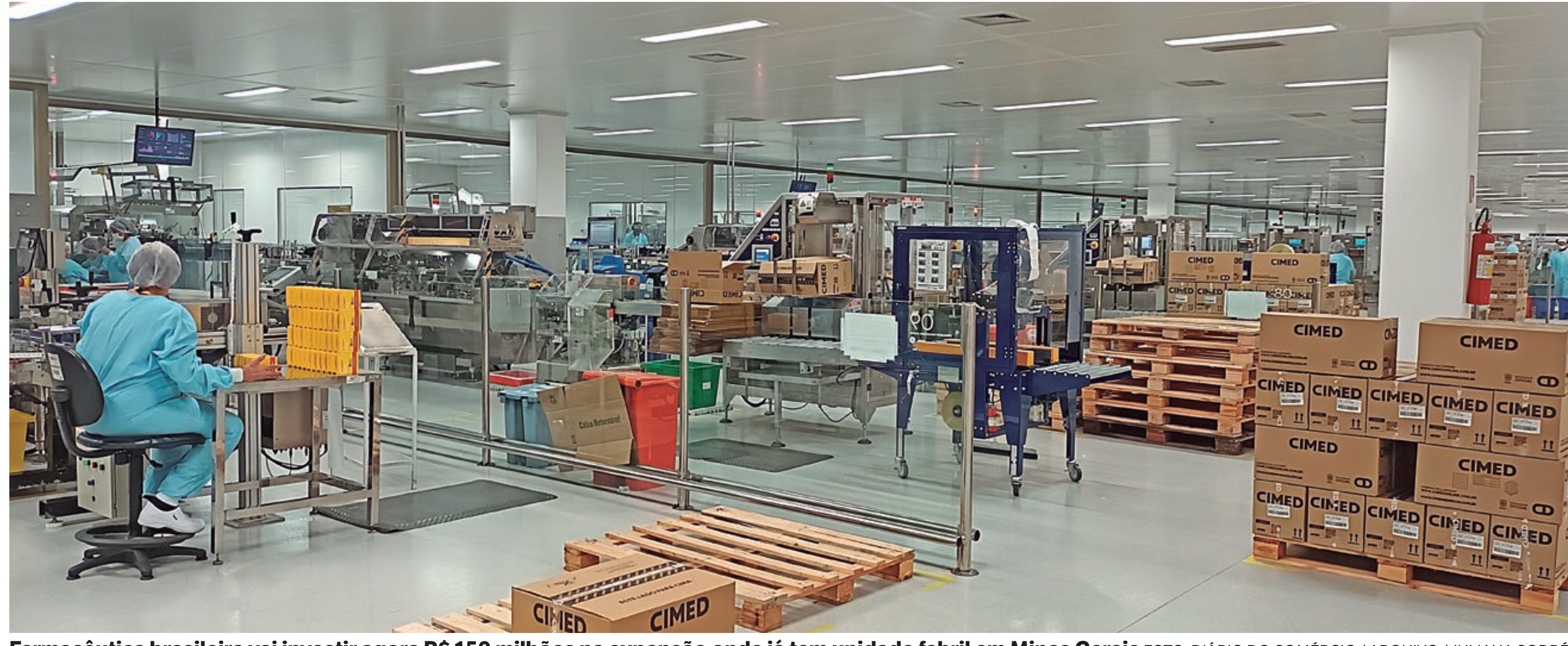
FILIADO À



diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio



ECONOMIA



Farmacêutica brasileira vai investir agora R$ 150 milhões na expansão onde já tem unidade fabril em Minas Gerais FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / JULIANA SODRÉ

Cimed desiste de fábrica em Montes Claros

SETOR FARMACÊUTICO **Empresa optou por expandir planta em Pouso Alegre, no Sul de Minas; aporte substitui plano do que seria novo empreendimento no Norte do Estado**

MARCO AURÉLIO NEVES

A farmacêutica brasileira Cimed desistiu da construção de uma nova unidade em Montes Claros, no Norte de Minas Gerais, e optou por expandir sua fábrica em Pouso Alegre, no Sul do Estado, revelou o CEO da empresa, João Adibe Marques, durante evento do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), ontem (23), em Belo Horizonte.

Com previsão de ser concluída até o final de 2025, a expansão da planta no Sul de Minas conta com investimento de R$ 150 milhões e substitui o plano do novo empreendimento no Norte mineiro, que tinha investimentos previstos de R$ 200 milhões, e que seria voltado para higiene e beleza, e não para medicamentos. A expectativa do CEO é que os aportes dobrem a capacidade de produção dos chamados "produtos de consumo" – os de higiene e beleza – da fábrica de Pouso Alegre.

Uma nova fábrica de produtos de higiene e beleza da Cimed será construída no Nordeste do Brasil para atender à demanda da região, que conta com benefícios fiscais da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), enquanto a produção da fábrica de Pouso Alegre será concentrada na demanda das regiões Sul e Sudeste do País.

"A gente optou em ter uma fábrica, aumentar a capacidade produtiva de Pouso Alegre para atender o Sul e o Sudeste e ter uma nova planta no Nordeste. Ao invés de ter uma aqui (nova fábrica em Minas), segura aqui e faz uma lá para cima (Nordeste do País)", declarou.

Em março, o CEO da Cimed havia revelado que, caso os planos da farmacêutica caminhem para a construção de várias fábricas pelo País, teria o interesse, além de Minas Gerais, de construir novas plantas nas regiões Norte e Nordeste. Os projetos da expansão fabril e de novas unidades começaram a ser desenvolvidos ainda este ano. A empresa poderá buscar investimentos em bancos privados ou públicos.

Novo centro de distribuição - Com a inauguração, neste mês, de um novo centro de distribuição (CD) da Cimed em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Minas Gerais passa a ser o primeiro estado do País a contar com dois centros de distribuição da farmacêutica, o da RMBH e o de Pouso Alegre. A Cimed tem um CD localizado em cada capital do País.

Adibe Marques explica que a intenção é que o CD de Contagem atenda à demanda de metade do território mineiro, da RMBH para regiões que fazem fronteira com o Nordeste e Centro-Oeste do País, enquanto a outra metade do Estado continua sendo atendida pelo CD pouso-alegrense.

"Pouso Alegre atendia Minas Gerais inteiro. Mas como Minas Gerais é muito grande e estava demorando para chegar mercadoria, a gente optou por inaugurar aqui em Contagem para atender de Belo Horizonte para cima", disse.

Em 2024, a Cimed prevê um faturamento de R$ 4 bilhões, um crescimento de 25% em relação ao ano anterior (R$ 3 bilhões). Em 2025, a meta da farmacêutica é faturar R$ 5 bilhões. A projeção é de 60% da receita seja obtida nos produtos fármacos e de 40% nos produtos de consumo, que são os de higiene beleza.

AÇOFORJA Indústria de Forjados S.A.

CNJP: 16.716.417/0001-95
Av. Engº Januário Alvarenga Santos, 300
Dist. Industrial Engº Celso Mello - Santa Luzia - MG

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	12.310	1.731
Contas a receber de clientes	26.066	3.662
Estoques	43.219	51.723
Adiantamentos a terceiros	4.597	14.859
Impostos a recuperar	2.167	7.094
Outros ativos	103	1.528
Total do ativo circulante	**88.462**	**80.597**
Ativo não circulante		
Depositos judiciais	622	593
Impostos diferidos	2.023	1.441
Partes relacionadas	3.290	3.280
Outros ativos	204	204
Total	**6.139**	**5.518**
Investimentos	13	13
Imobilizado	23.932	26.309
Intangível	562	681
Total	**24.507**	**27.003**
Total do ativo não circulante	**30.646**	**32.521**
Total do ativo	**119.108**	**113.118**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	18.748	22.111
Fornecedores	23.323	28.167
Obrigações trabalhistas	3.555	3.154
Obrigações tributárias	3.390	1.673
Adiantamentos de clientes	3.457	2.570
Dividendos a pagar	11.731	2.494
Outros passivos	3.210	1.373
Total do passivo circulante	**67.414**	**61.542**
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	18.060	6.445
Partes relacionadas	474	474
Impostos diferidos	315	375
Provisão para riscos	330	329
Obrigações tributárias	1.064	1.527
Outros passivos	259	230
Total do passivo não circulante	**20.502**	**9.380**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.500	19.655
Reservas de reavaliação	3.470	3.586
Reserva legal	217	3.931
Reserva de retenção de lucros	4.005	15.024
Total do patrimônio liquido	**31.192**	**42.196**
Total do passivo e patrimônio líquido	**119.108**	**113.118**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	166.291	159.871
Custo dos produtos vendidos	(129.438)	(125.698)
Lucro bruto	**36.853**	**34.173**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(9.930)	(8.211)
Despesas administrativas e gerais	(17.834)	(11.684)
Resultado de equivalência patrimonial		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(177)	(921)
Total	**(27.941)**	**(20.816)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro líquido e impostos	**8.912**	**13.357**
Receitas financeiras	3.159	2.947
Despesas financeiras	(12.542)	(9.520)
Resultado financeiro, líquido	**(9.383)**	**(6.573)**
Prejuízo (lucro) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	**(471)**	**6.784**
Imposto de renda e contribuição social	3.087	(1.823)
Lucro líquido do exercício	**2.616**	**4.961**
Lucro por ação	**1,36**	**2,35**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTE
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**2.616**	**4.961**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total	**2.616**	**4.961**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**2.616**	**4.961**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Impostos diferidos	(642)	26
Depreciações e amortizações	4.842	4.570
Ajuste na provisão para riscos de crédito	(284)	(34)
Atualização empréstimos e financiamentos	1.156	2.622
Valor residual do ativo permanente baixado	-	40
Constituição (reversão) de provisão p/perdas em estoque	812	(575)
Constituição (reversão) de provisão para riscos	1	(92)
Outras provisões	-	(4)
Total	**8.501**	**11.514**
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(22.120)	11.541
Estoques	7.692	(20.137)
Adiantamentos a terceiros	10.262	(7.535)
Impostos a recuperar	4.927	3.185
Depósitos judiciais	(29)	14
Outros ativos	1.425	(1.478)
Total	**2.157**	**(14.410)**
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(4.844)	12.412
Obrigações trabalhistas	401	(257)
Obrigações tributárias	1.254	(1.426)
Adiantamentos de clientes	887	(1.395)
Dividendos a pagar	(4.383)	(6.014)
Outros passivos	1.866	(1.333)
Total	**(4.819)**	**1.987**
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**5.839**	**(909)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(2.346)	(5.129)
Partes relacionadas	(10)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(2.356)**	**(5.129)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	43.855	36.459
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(36.759)	(33.121)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**7.096**	**3.338**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**10.579**	**(2.700)**
Caixas e equivalentes no início do exercício	1.731	4.431
Caixas e equivalentes no final do exercício	12.310	1.731
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**10.579**	**(2.700)**
Informações complementares		
Transações que não afetam caixa:		
Dividendos propostos	(13.620)	(3.727)
Dividendos a pagar	13.620	3.727

DIRETORIA:
Ailton Antonio Correa Leite - Diretor Presidente
Eduardo da Costa Santos Menin - Diretor Comercial

Responsável Técnico:
Marco Antônio Pinton - Contador CRC/MG 050.214/O-6

"As Demonstrações Financeiras completas, Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes emitido pela Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. estão à disposição na sede da Companhia e no site do jornal **https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/".**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

			Reservas de lucro			
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**19.655**	**3.765**	**3.876**	**13.670**	**-**	**40.966**
Realização de reserva de reavaliação	-	(179)	-	-	175	**(4)**
Dividendos complementares	-	-	-	-	(2.500)	**(2.500)**
Resultados do exercício	-	-	-	-	4.961	**4.961**
Constituição de reserva legal	-	-	55	-	(55)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.227)	**(1.227)**
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.354	(1.354)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**19.655**	**3.586**	**3.931**	**15.024**	**-**	**42.196**
Aumento de capital com utilização de reservas AGO de 25/10/2023	3.845	-	(3.845)	-	-	-
Realização de reserva de reavaliação	-	(116)	-	-	116	-
Dividendos complementares - AGO DE de 25/10/2023	-	-	-	(13.000)	-	**(13.000)**
Resultados do exercício	-	-	-	-	2.616	**2.616**
Constituição de reserva legal	-	-	131	-	(131)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(620)	**(620)**
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.981	(1.981)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**23.500**	**3.470**	**217**	**4.005**	**-**	**31.192**

CARREIRA EM FOCO



DAVID BRAGA

CEO, board advisor e headhunter da Prime Talent, empresa de busca e seleção de executivos, presente em 30 países e 50 escritórios pela Agilium Group; É Conselheiro de Administração e Professor pela Fundação Dom Cabral e Conselheiro da ABRH MG, ACMinas e ChildFund Brasil. Instagrams: @davidbraga | @prime.talent

Saia do raso e mergulhe no conhecimento

Nada é mais valioso do que encontrar profissionais com consistência técnica e conhecimento profundo em sua área, não é verdade? Esses especialistas geralmente têm uma vasta experiência sobre um determinado assunto e se tornam referências em suas especialidades. No entanto, é importante lembrar que alcançar esse nível de expertise não é fácil. Requer tempo, dedicação à leitura e prática constante para aplicar o conhecimento e promover melhorias contínuas. Além disso, é essencial compartilhar o que foi adquirido, especialmente em um ambiente onde as empresas valorizam a colaboração e a cocriação.

Profissionais com conhecimentos superficiais frequentemente carecem da profundidade técnica necessária para desempenhar suas funções de forma eficaz. Isso pode resultar em decisões equivocadas, falhas na execução de tarefas e prejuízos para projetos, clientes ou organizações. Da mesma forma, uma compreensão superficial de um assunto pode levar a decisões apressadas e mal fundamentadas, afetando negativamente os resultados financeiros, estratégicos ou operacionais.

É fundamental lembrar que profissionais que não buscam expandir seus conhecimentos frequentemente estagnam no desenvolvimento pessoal e profissional, o que pode restringir sua capacidade de inovar. Em um mercado de trabalho em constante evolução, um conhecimento profundo facilita uma adaptação mais rápida e eficaz às novas tecnologias, metodologias e demandas. Aqueles que são reconhecidos por sua expertise conquistam a credibilidade de colegas, clientes e superiores, fortalecendo sua reputação e ampliando suas oportunidades de avanço na carreira.

Profissionais diferenciados estão constantemente em busca de novos conhecimentos, especialmente em um mundo de mudanças contínuas. A habilidade de aprender e se adaptar é crucial para se destacar e prosperar em um ambiente dinâmico. Esses indivíduos entendem que o aprendizado contínuo não é apenas uma vantagem competitiva, mas uma necessidade para manter a relevância e a eficácia. Eles investem tempo em adquirir novas competências, explorar tecnologias emergentes e atualizar-se sobre as últimas tendências em suas áreas. Assim, estão mais bem preparados para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades, alinhando suas habilidades com as demandas do mercado.

Buscar conhecimento é um processo contínuo e multifacetado, que inclui educação formal, leituras, pesquisas, cursos on-line e networking. Conversar com colegas, mentores e outros profissionais oferece novas perspectivas e insights valiosos. Combinar essas abordagens e manter um compromisso com o desenvolvimento pessoal e profissional são essenciais para expandir suas habilidades e experiências em qualquer área de interesse.

Inadimplência recua em Minas Gerais

CONJUNTURA Quase 14 mil pessoas conseguiram regularizar seus débitos no Estado no mês passado, segundo a Serasa

JULIANA GONTIJO

Pelo segundo mês consecutivo, a inadimplência apresentou queda em Minas Gerais, segundo o Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas da Serasa. Acompanhando a tendência do País, o Estado registrou queda de quase 14 mil inadimplentes em relação a julho, bem como o número de dívidas apontou declínio de 0,12 ponto percentual.

No Brasil, foram 200 mil nomes a menos no cadastro de negativação. No total, são 72,4 milhões de inadimplentes no País, ainda assim, o mês de agosto registra a terceira menor marca do ano em número de endividados, retomando ao patamar de janeiro e fevereiro.

O gerente da Serasa, Fernando Gambaro, explica que o recuo na inadimplência é fruto de vários fatores, entre eles econômicos, como inflação sob controle e redução da taxa de desemprego, além do incremento na busca dos brasileiros pela negociação de dívidas, bem como o aumento do interesse por conteúdos de educação financeira. "Essa tendência de queda já vem acontecendo desde maio, depois de um longo período de crescimento consecutivo que ocorreu desde setembro de 2021", diz.

De fato, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a inflação desacelerou em agosto. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), subiu 0,13% no oitavo mês de 2024, enquanto em julho a alta havia sido de 0,26%.

E o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), atesta o bom momento vivido pelo emprego em Minas. O dado mais recente mostra que, nos primeiros sete meses de 2024, o Estado criou 173,3 mil empregos com carteira assinada, o maior volume para esse intervalo desde 2021 (239,7 mil) – o montante também superou o resultado de todo o ano passado (138,2 mil). Entre as unidades da Federação, Minas Gerais foi o segundo que mais gerou vagas, atrás de São Paulo (441,1 mil).



Dívidas com bancos e cartões de crédito caíram 0,6 ponto percentual em Minas FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

Segmentos - Ainda segundo levantamento da Serasa, no panorama das causas que levam os mineiros ao endividamento, o segmento de bancos e cartões registrou queda de 0,6 ponto percentual, assim como as contas básicas – água, luz e gás – que registraram recuo de 1,7 ponto percentual. Serviços e financeiras também apontaram redução de 14 e 2,3 pontos percentuais, respectivamente.

No País, praticamente todos os motivos que geram o endividamento do brasileiro apontaram queda em agosto. O segmento de bancos e cartões de crédito representam 27,9%, com uma queda de 0,46 ponto percentual em relação ao mês anterior. As contas básicas de água, luz e gás apresentaram queda de 0,15 ponto percentual, quando comparadas a julho.

O setor de serviços, que engloba atividades como atendimento ao consumidor, transporte e administração, teve a maior redução, com uma queda de 1,22 ponto percentual. Em contraste no cenário apenas o segmento de telecomunicações, que teve um leve acréscimo de 0,5 ponto percentual em agosto, quase uma estagnação do indicador, conforme a Serasa.

Gambaro frisa que a Serasa não trabalha com projeções. "Agora, o que percebemos é que os números vêm apresentando uma tendência de queda. E a nossa expectativa é que essa tendência se mantenha, melhorando consequentemente o acesso ao crédito e ao consumo", diz.

> **"Essa tendência de queda já vem acontecendo desde maio, depois de um longo período de crescimento consecutivo que ocorreu desde setembro de 2021"**
>
> Fernando Gambaro

Taxas de juros têm queda em Belo Horizonte, aponta Ipead



Decisão do Copom de elevar a Selic não deve ter impacto imediato nas taxas FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO/ CHARLES SILVA DUARTE

A maioria das taxas de juros para pessoa física apresentou queda em agosto em Belo Horizonte, segundo levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), divulgado neste mês. A pesquisa mostra que seis das 14 operações de crédito e financiamento apresentaram queda no oitavo mês de 2024 na comparação com o mês anterior. Além disso, neste período, quatro operações apresentaram elevação da taxa e outras quatro registraram estabilidade.

A pesquisa sobre a evolução das taxas de juros mensais praticadas pelo sistema bancário brasileiro na Capital mostrou que metade das taxas de juros de operações de captação, ou seja, os juros pagos pelos bancos aos clientes por suas aplicações, apresentaram queda no período.

O levantamento da Fundação Ipead mostra que as operações de crédito que apresentaram as quedas mais expressivas nas taxas de juros médias foram construção civil (imóveis na planta), com recuo de 18,75%, e construção civil (imóveis construídos), que apresentou retração de 6,25%.

A maior alta nas operações para pessoa física foi verificada para o cheque especial, com alta de 3,74% na comparação com o mês anterior, sendo a menor taxa encontrada a 7,61% e a maior, 8,36%. A taxa média em agosto foi de 8,04%.

Quanto às taxas cobradas pelos bancos nas operações com pessoas jurídicas, duas apresentaram alta em agosto em relação ao mês anterior: antecipação de faturas de cartão de crédito (5,56%) e desconto de duplicatas (1,50%). Por outro lado, conta garantida e capital de giro apresentaram quedas, respectivamente de -10,26% e -9,68%, em relação ao mês anterior.

O levantamento da Fundação Ipead é referente ao mês anterior antes da alta da taxa básica de juros, a Selic, que aconteceu na última quarta-feira (18). Naquele dia, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) elevou a taxa básica de juros (Selic) em 0,25 ponto percentual, de 10,5% para 10,75% ao ano.

Foi o primeiro aumento de juros em mais de dois anos. Em agosto de 2022, a taxa subiu de 13,25% para 13,75% ao ano. A Selic ficou um ano parada naquele patamar até o início do processo de flexibilização do aperto monetário em agosto do ano passado.

Reflexo na economia - O economista da Fundação Ipead, Diogo Santos, diz que a alta da Selic não deve ter impacto imediato e de forma expressiva nos juros praticados no mercado. "Além da Selic, as instituições financeiras levam em consideração outros aspectos, como a concorrência e a inadimplência, na hora de estabelecer os juros que irão cobrar das pessoas físicas e jurídicas", observa.

Para ele, mais do que a elevação recente de 0,25 ponto percentual da Selic, o mais preocupante é saber se o movimento de alta vai prevalecer. "Dificilmente vai cair na próxima reunião, a não ser que aconteça um fato extraordinário. A taxa, no mínimo, deve ser mantida neste patamar", analisa.

Santos ressalta que a elevação da taxa básica de juros é um indicativo de que o BC quer manter a aplicação de recursos no sistema financeiro. "Com isso, a ampliação mais robusta de projetos de investimento acaba ficando prejudicada", diz.

Focus - E novas altas na Selic são projetadas por analistas ouvidos pelo Banco Central, conforme o boletim Focus divulgado nesta segunda-feira (23). Agora, os economistas estimam que a taxa básica de juros deva fechar o ano em 11,5%. Há uma semana, o patamar estava em 11,25% ao ano e, há um mês, em 10,5% ao ano. **(JG)**

CONTEÚDO PATROCINADO PELO GOVERNO DE MINAS

Minas Reurb já entregou 12.349 títulos de propriedade

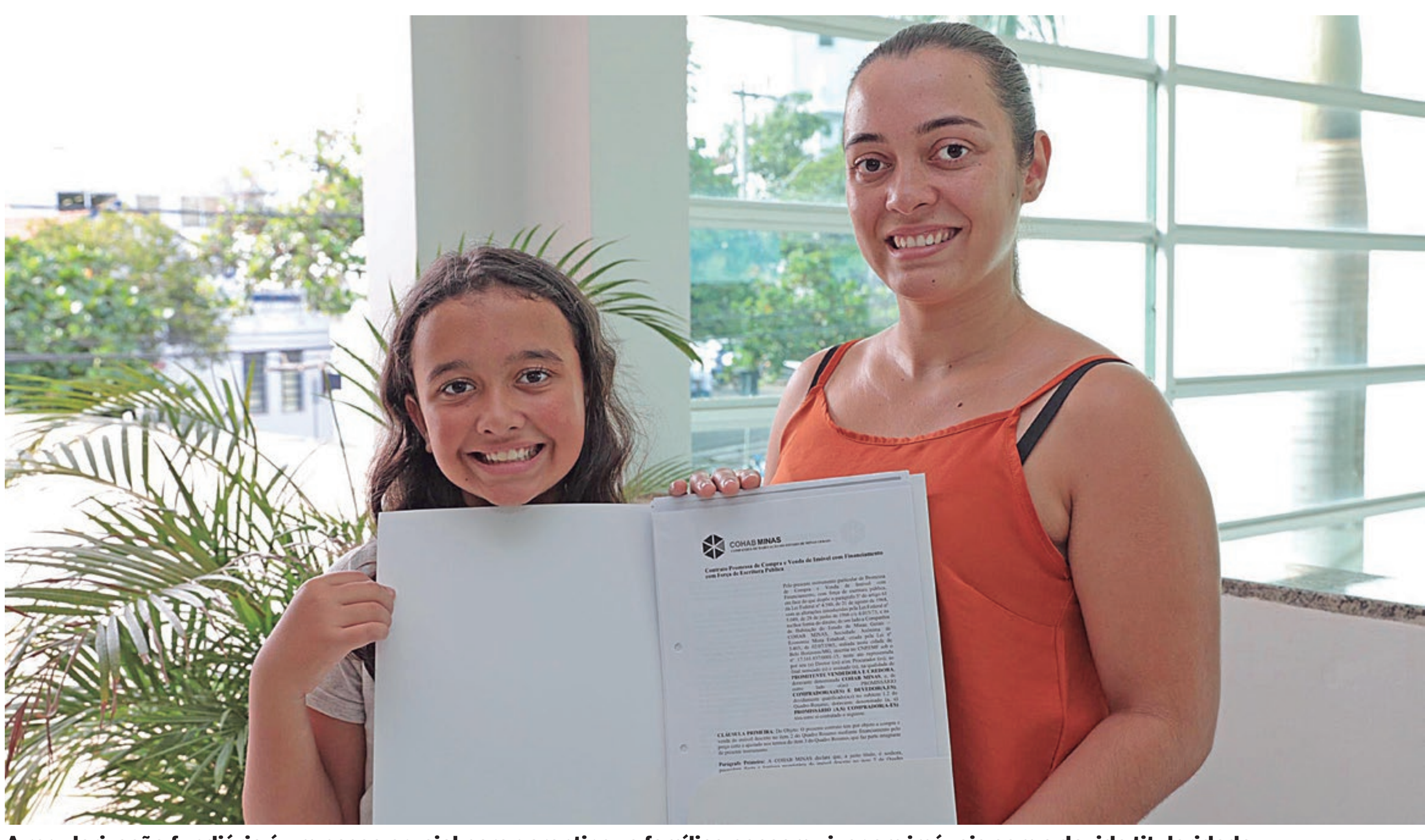
DESENVOLVIMENTO Desde a criação do programa, em 2019, já foram viabilizados 57.951 imóveis para regularização nos próximos anos e comprometidos, com parcerias já firmadas, R$ 70,7 milhões

RAFAEL TOMAZ, Editor

Minas Gerais vem trabalhando, nos últimos anos, na implementação de políticas públicas focadas no desenvolvimento urbano e na garantia de direitos fundamentais à população. Um dos pilares dessa atuação é o Programa de Regularização Fundiária Urbana - Minas Reurb, que visa regularizar núcleos urbanos informais já consolidados e a titulação dos seus ocupantes, garantindo segurança jurídica, dignidade e novas perspectivas econômicas para milhares de cidadãos.

Desde a criação do programa, em 2019, já foram entregues 12.349 títulos de propriedade e foram viabilizados outros 57.951 imóveis para regularização nos próximos anos. Além disso, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG) já comprometeu R$ 70,7 milhões com parcerias por meio de convênios com municípios e consórcio e contrato de execução direta do serviço.

A regularização fundiária é um passo crucial para garantir que famílias possam viver em imóveis com a devida titularidade, evitando incertezas sobre o domínio e possibilitando a sucessão legal do bem para as futuras gerações.


A regularização fundiária é um passo crucial para garantir que famílias possam viver em imóveis com a devida titularidade, evitando incertezas sobre a posse e possibilitando a sucessão legal do bem para as futuras gerações FOTO: GIL LEONARDI / IMPRENSA MG

O Minas Reurb vai além da entrega de títulos de propriedade: ele cria um ambiente propício para o desenvolvimento socioeconômico, ao permitir que os proprietários tenham acesso a crédito, invistam em suas propriedades e impulsionem a economia local por meio de melhorias e novas construções.

A meta do Estado é entregar 60 mil títulos de propriedade até o final de 2026 em todo o Estado.

Trabalho estratégico - Para garantir a eficiência e a abrangência do Minas Reurb, o Estado atua simultaneamente a outras entidades estaduais, como a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab Minas) e a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço (ARMVA). Essas colaborações têm permitido a expansão do programa para áreas urbanas informais, onde o acesso à regularização fundiária era mais difícil.

Nos últimos meses, foram formalizados novos convênios com seis municípios - Brumadinho, Córrego Fundo, Diamantina, Ladainha, Pai Pedro e Paracatu -, possibilitando a regularização de 7.192 unidades habitacionais, com um investimento de R$ 9,44 milhões. Esses recursos permitirão que mais de 21 mil cidadãos sejam beneficiados diretamente com a emissão dos títulos de propriedade de seus imóveis.

O impacto social dessa medida é imenso, pois além de garantir o direito à moradia formal, à regularização do imóvel com a efetiva entrega do título de propriedade, o beneficiário poderá ter acesso a financiamentos, gerando emprego e renda ao incentivar investimentos nos próprios imóveis.

Outro destaque é o Acordo de Cooperação Técnica celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e o Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais, focado na execução da regularização fundiária urbana no município de Raposos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

O acordo pretende também conduzir a disseminação das práticas de regularização fundiária urbana no Estado, em função da competência municipal para sua efetiva implementação e condução com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e melhorias urbanísticas e ambientais.

Presença do Minas Reurb - O Minas Reurb tem alcançado resultados expressivos em várias regiões de Minas Gerais. No Vale do Jequitinhonha, por exemplo, o programa já beneficiou mais de 60 famílias no município de Almenara, além de contabilizar 70 títulos emitidos pela Cohab e outros 300 viabilizados pela Sede-MG em Turmalina. Esses cidadãos, que esperaram mais de uma década pela regularização de seus imóveis, agora podem usufruir dos benefícios da titularidade plena, como a possibilidade de transferir o imóvel para os herdeiros ou utilizá-lo como garantia em operações de crédito. A regularização, ao formalizar o mercado imobiliário local, também contribui para o aumento das receitas municipais e para a dinamização da economia da região.

Outro exemplo de sucesso do programa é a emissão de 520 títulos de regularização em Barroso (região Central), beneficiando diretamente mais de 1.560 pessoas. A previsão é de que mais 180 imóveis sejam regularizados na cidade nos próximos meses.

O Minas Reurb também tem atuado em municípios menores, mas com grande impacto na vida de seus moradores. Na cidade de Uruana de Minas, no Noroeste do Estado, o programa regularizou o distrito de Cercado, onde 196 títulos de propriedade foram entregues, beneficiando aproximadamente 600 pessoas. Com um investimento de R$ 240 mil, a iniciativa foi essencial para garantir que as famílias da região tivessem o direito formal à propriedade.

Minas Reurb já chegou a 193 cidades - A abrangência do Minas Reurb é uma de suas grandes qualidades. O programa já chegou a 193 municípios mineiros.

O sucesso da política pública também é fruto da parceria com entidades municipais, como o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha (Cimbaje), que recebeu um investimento de R$ 11,35 milhões para a regularização de 10 mil títulos de propriedade, beneficiando diretamente cerca de 40 mil pessoas em 14 municípios da região. Essa ação é fundamental para promover a inclusão social e o desenvolvimento econômico do Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais vulneráveis de Minas Gerais.

> **“Para garantir a eficiência e a abrangência do Minas Reurb, o Estado tem firmado importantes parcerias com prefeituras e entidades estaduais, como a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab Minas) e a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço (ARMVA)”**

Milhares de pessoas beneficiadas

Desde o início da implementação do Minas Reurb até o momento, 212 mil pessoas já foram beneficiadas, de acordo com dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede).

A meta de entregar 60 mil títulos até 2026 reforça o compromisso de Minas Gerais em continuar expandindo o programa, levando os benefícios da regularização fundiária a mais famílias e regiões. O Minas Reurb tem se mostrado uma ferramenta eficaz para transformar a realidade de milhares de mineiros, proporcionando-lhes não apenas o direito à moradia, mas também a oportunidade de construir um futuro mais seguro e próspero. **(RT)**

MINAS REURB EM NÚMEROS

Títulos entregues: 12.349 desde 2019
Meta até o final de 2026: 60 mil unidades regularizadas
Recursos investidos até o momento pela Sede-MG: R$ 70,7 milhões
Beneficiados: 212 mil

Vendas de eletrificados mais que dobraram em Minas

VEÍCULOS Entre janeiro e agosto os emplacamentos somaram 6.518 unidades

LEONARDO MORAIS

Minas Gerais está entre os cinco maiores mercados de emplacamentos de veículos eletrificados no Brasil. Até agosto de 2024, o Estado avançou 108% no segmento e registrou 6.518 emplacamentos - no mesmo período em 2023, foram 3.135 unidades.

Os dados, divulgados pela Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) indicam um crescimento exponencial tanto nacional como estadual. No Estado, 401 dos 853 municípios (47%) possuem pelo menos um veículo eletrificado emplacado, correspondendo a aproximadamente 7% das vendas totais do Brasil, que registrou 109.283 emplacamentos entre janeiro e agosto de 2024 - um crescimento de 123%.

Segundo o diretor de Leves da ABVE, Thiago Sugahara, além de reduzir ou não emitir poluentes, o motor elétrico tem se mostrado mais eficiente em um mercado caracterizado como potencialmente promissor para geração de energia limpa. "Notamos que o brasileiro passa a abraçar cada vez mais novas tecnologias e veículos mais eficientes, com maior eficiência térmica e isso se deve à chegada de novos *players* e novas montadoras no País", argumenta.

Sugahara acrescenta que, nos últimos dois anos, o mercado de eletrificados passou por importantes transformações, incluindo mudanças nos modelos mais vendidos. Até 2022, ele acrescenta que cerca de dois terços das vendas eram de veículos híbridos, enquanto um terço era híbrido *plug-in* ou totalmente elétrico e, a partir de 2023, o cenário se inverteu com 100% elétricos correspondendo à maior parte dos novos emplacamentos.

Em Minas Gerais, os modelos "Veículo Elétrico a Bateria" (BEV) e "Veículo Elétrico Híbrido" (HEV) registrando os maiores crescimentos no último ano com avanços de 621% e 216% respectivamente. Já o maior representante da categoria, os Veículos Híbridos Plugáveis (PHEV) lideram seguem na liderança em número de vendas com avanços de 72%, partindo de 1.220 para 2.093 emplacamentos nos oito primeiros meses de 2024.

Falta de políticas públicas - Apesar do crescimento, Minas Gerais apresentou uma ligeira redução no *market share* nacional em comparação com o último ano. Em 2023, o Estado abarcava uma fatia de 6,4% do total emplacado, enquanto que em 2024, foram 6%.

De acordo com Sugahara, embora esteja entre os principais comercializadores de veículos elétricos no Brasil, Minas Gerais ainda carece de políticas públicas para estimular eletrificação.

> **"Notamos que o brasileiro passa a abraçar cada vez mais novas tecnologias e veículos mais eficientes e isso se deve à chegada de novos players no País"**
>
> Thiago Sugahara



Falta de incentivos aos proprietários em Minas Gerais pode frear o mercado de veículos híbridos e elétricos FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

Ao comparar com outros estados, ele destaca que a implementação de políticas públicas locais foram fundamentais para os avanços do segmento.

Entre os exemplos bem-sucedidos citados, está a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) por cinco anos para veículos elétricos ou híbridos no Distrito Federal - o que colocou Brasília no top 3 em participação no mercado nacional. Já em São Paulo, os veículos eletrificados estão isentos de participarem do rodízio, além de receberem o reembolso de uma cota do IPVA. No Rio de Janeiro, a alíquota é reduzida para veículos elétricos e híbridos, o que estimula e incentiva a população a adotar a nova tecnologia.

Até o momento, Sugahara pontua que não existem negociações avançadas com o governo de Minas, mas afirma que existem conversas com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico para futuras implementações. "A expectativa é que possamos dar cada vez mais visibilidade e quem sabe implementar (benefícios) ao longo dos próximos anos no Estado", avalia.



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

Reforma administrativa antes da tributária, defende Zema

ACMINAS Governador foi 14º convidado do Seminário Permanente da Reforma do Estado Brasileiro, promovido pela entidade empresarial

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), apresentou um balanço dos resultados de seu governo e comentou sobre as reformas do estado brasileiro em evento para empresários da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas) na manhã de ontem (23). O chefe do Executivo falou sobre as reformas administrativa, tributária, política, além de reeleição e sucessão presidencial, dentre outros assuntos.

Sobre a reforma tributária, Zema comentou que a grande de interrogação é o valor da alíquota e teme que o Brasil tenha a maior quota do mundo. Entretanto, considera "um avanço extraordinário", se não houver aumento da carga tributária. "Com a reforma, pelo menos, o setor produtivo vai trabalhar com mais segurança e passa a ter mais previsibilidade. Não vamos mais ficar tendo que mitigar com os órgãos arrecadadores, como acontece hoje de forma contínua", disse.

O governador defendeu, no entanto, que antes da reforma tributária, o governo deveria ter feito a reforma administrativa. "Primeiro você reduz gastos, depois você monta o orçamento. Estão fazendo uma reforma que vai prever receitas sem antes ter cortado despesas", afirmou.

Romeu Zema foi o 14º convidado do Seminário Permanente da Reforma do Estado Brasileiro, realizado há seis meses pela ACMinas. Para as próximas edições, o evento contará ainda com a presença de três ministros, ex-prefeitos, entre outras autoridades confirmadas até janeiro de 2025, entre elas a presidente do Diário do Comércio, Adriana Muls.

Cargos do Executivo: críticas - Zema afirmou que o setor público é um "manancial de oportunidades" e defendeu alterações nos privilégios concedidos aos cargos do Executivo. Ele avaliou que esses privilégios são determinados pela lei e que ele discorda. "Eu discordo, mas não consigo mudar, nem se eu mandar para a Assembleia, porque muitas questões acabam dependendo de mudanças em Brasília", argumentou.

Ele citou a reforma da Previdência realizada há cinco anos, porém, questionou algumas aposentadorias muito precoces no Brasil, sobretudo, porque a expectativa de vida só aumenta no País. Sobre a reforma administrativa, o governador acredita que deve existir foco no sistema judiciário, em busca de um tratamento igual para todos, o que, na opinião dele, não há. "Nós demitimos (exoneramos) policiais civis, policiais militares e servidores civis que cometem delitos, mas no Judiciário isso não tem delito. Então, alguma coisa não está correta", disse.

Reforma política – O governador ressaltou que a reforma política é fundamental, apesar de difícil, já que na visão dele os parlamentares têm interesse na manutenção do modelo atual. Ele defende a unificação das eleições para que o País não pare de dois em dois anos. "Ou até, como o Rodrigo Pacheco gostaria, eu não sei se ele vai conseguir levar adiante, a cada cinco anos, sem direito a reeleição para cargos do Executivo".

O governador disse ser favorável à renovação e argumentou que, muitas vezes, quem está à frente de uma prefeitura, do estado ou da presidência fica mais preocupado com a reeleição do que fazer as melhores entregas.

Sucessão presidencial - Sobre a sucessão presidencial, o governador de Minas afirmou que um grupo de centro-direita tem se consolidado para apoiar um nome único para as eleições em 2026. "Esse nome será escolhido através de pesquisas que apontarão o nome mais viável".

De acordo com ele, o grupo é composto pelos governador Tarcísio de Freitas, de São Paulo; Ratinho Jr., do Paraná; Jorginho Mello, governador de Santa Catarina; Eduardo Leite do Rio Grande do Sul; Cláudio Castro, do Rio de Janeiro; Ronaldo Caiado de Goiás, além de Mauro Mendes, do Mato Grosso.

Para a sucessão do governo do Estado ele também afirmou que o nome dependerá dos resultados das pesquisas. "Eu estou disposto, vou continuar atuando, não sei de que maneira, mas vocês vão me ver muito em 2026 do lado que eu considero que quer fazer esse País avançar e dar certo", pontuou.

Dívida do Estado - Zema também comentou sobre a dívida do Estado e apontou a federalização da Cemig como uma das soluções plausíveis. Ele explicou que a dívida com o governo federal de R$ 165 bilhões é impagável, já que incide sobre ela o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% ao ano. "Esse valor dos juros é impagável porque a economia de Minas não cresce 4% ao ano da inflação. Nós temos crescido 1%, 1,5%, 2%. E o Brasil também não cresce".

Segundo ele, para o Estado ter esta redução na dívida é preciso mandar para o governo federal ativos que quitem pelo menos 20% da dívida. E os grandes ativos do Estado são Cemig e Codemig. "No caso da Cemig, para ela ser federalizada, o governo federal exige que não tenha nenhum risco. E para ele não ter risco, a Cemig precisa ser transformada numa *corporation*", esclareceu.

Hoje, o Estado tem 17% das ações ordinárias da Cemig e exerce o controle com esses 17%. Quando ela se transformar em uma *corporation*, o Estado vai ter 17% e não terá mais o controle.



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

CAPÃO TURISMO S/A
CNPJ: 07.840.126/0001 -13- NIRE 31300022668
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Extraordinária

BERNARDO LEVI UEBE NOGUEIRA, Diretor Presidente da **CAPÃO TURISMO S/A,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.840.126/0001-13, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca todos os acionistas para a **Assembleia Geral Extraordinária,** a realizar-se na sede da Sociedade, sita na Cidade de Sabará, Estado de Minas Gerais, à Praça Serra Nevada, nº 780, Bairro Morada da Serra, no dia 07 de outubro de 2024, às 14:00 horas, em primeira convocação, e, em segunda convocação, às 14:30 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I. Deliberar sobre autorização para alienação apenas dos imóveis de propriedade da sociedade Capão Turismo S.A, localizados no Bairro Serranos, na Cidade de Sabará/MG, composto pelos Lotes nº 01 e 02 da Quadra nº 01; Lotes 01 a 12 da Quadra nº 02; Lotes 01 a 07 da Quadra nº 03; Lotes 01 a 08 da Quadra nº 04; Lotes 01 a 33 da Quadra nº 05; Lotes 01 a 08 da Quadra nº 06; lotes 01 a 12 da Quadra nº 07 e Lotes 01 a 09 da Quadra nº 08. Sabará, 24 de setembro de 2024. **BERNARDO LEVI UEBE NOGUEIRA - DIRETOR PRESIDENTE.**

AVISO DE LICITAÇÃO
Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça
Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 222 / **Ano**: 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.2481.0007422/2024-23
Objeto: Aquisição de hastes articuladas e fechos para Janelas Maxim-ar instaladas em três edificações do Ministério Público em Belo Horizonte - sob a forma de entrega integral.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 07/10/2024**.
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 07/10/2024**.
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8128 e 3330-8129, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 23 de setembro de 2024.
Dariana Augusta de Toledo Patrocínio Ruiz
Coordenadora em exercício da Diretoria de Gestão de Compras e Licitações

---

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
MGI- MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A CNPJ/MF nº 19.296.342/0001-29 NIRE 31300039927 - Ficam os senhores acionistas da MGI – Minas Gerais Participações S.A. convocados para a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas a ser realizada na sede da Companhia na Rodovia Papa João Paulo II, 4001– Edifício Gerais – 4º andar, Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, às 14 horas do dia 01 de outubro de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Eleição de membro do Conselho de Administração.
Andresa Linhares de Oliveira Nunes
Presidente do Conselho de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO
Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça
Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 229/ **Ano**: 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.2481.0036018/2024-51
Objeto: Aquisição de persianas verticais com instalação, persianas horizontais e materiais para persianas verticais, sem instalação - com entrega sob demanda.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 09/10/2024**.
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 09/10/2024**.
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: Av. Álvares Cabral, 1740, 6º andar, BH/MG, de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8190 / 8233 / 9464, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 23 de setembro de 2024.
Dariana Augusta de Toledo P. Ruiz
Coordenadora em exercício da Diretoria de Gestão de Compras e Licitações

---

Edital de Leilão do Empreendimento Edifício Cachoeira de Minas.
O Condomínio dos Adquirentes do Edifício Cachoeira de Minas, devidamente registrado na matrícula 112.975 do 1º RGI de Belo Horizonte/MG, através da comissão de representantes, devidamente eleita, pelos poderes concedidos no artigo 31-F da lei 4.591/1964, como autorizado por assembleia especial do condomínio que determinou a liquidação do patrimônio de afetação por mais de dois terços dos adquirentes, registro nº. 1593738, do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte/MG, oferece em leilão os lotes 5, 6, 23 e 24, todos da quadra 137 da 3ª Seção Suburbana , de acordo com a planta CP 023.084-M, conforme Matrícula 112.975 do Livro nº. 2 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte, MG, com alvará de construção expedido pelo Município de Belo Horizonte, MG sob nº. 01.167.053/09-27, com validade até 27 de março de 2028, com permissão de construção de área total de 11.251,70 m² para construção de 42 (quarenta e duas) unidades residenciais, área de lazer e 160 (cento e sessenta) vagas de garagem o empreendimento do Edifício Cachoeira de Minas, em construção. O primeiro leilão será realizado **dia 09 de outubro de 2024, às 16:00 horas e o segundo leilão no mesmo dia às 16:30 horas**, na Avenida Nossa Senhora do Carmo, nº 1650, sala 42, Belo Horizonte/MG. Os leilões serão realizados pelo Leiloeiro Oficial Gustavo Costa Aguiar Oliveira, matriculado na JUCEMG sob o nº 507, em observância das normas e condições a seguir enumeradas: O imóvel terá os seguintes preços mínimos para primeiro e segundo leilões: R$16.478.428,35 e R$10.785.192,59; FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento da arrematação será somente à vista. DISPOSIÇÕES GERAIS: O valor do passivo contratual poderá ser alterado em decorrência de aplicação do §12º do artigo 31-F da lei 4.591/1964, ficando o arrematante ciente de que deverá submeter-se às decisões da maioria dos adquirentes nas assembleias, quando da definição do critério de rateio das despesas de construção. O arrematante poderá votar nas assembleias, enquanto adimplente com suas obrigações contratuais ou com aquelas criadas em assembleias de adquirentes. O arrematante deverá reembolsar os custos do leilão, com publicações, notificações e emolumentos do cartório. O arrematante deverá, ainda, pagar a comissão do leiloeiro de 5% do valor da arrematação. **Belo Horizonte 30 de agosto de 2024. Edifício Cachoeira de Minas.**

O RESTAURANTE ESPETERIA DO CHEF LTDA, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMMAD, torna público que foi solicitado através do Processo Administrativo n° 5452245722, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada, 240/2019, para a atividade de Bar e Restaurante com Música e Salão de Festas, localizada na Avenida Juiz Marco Túlio Isaac, n° 1119, Loja 1002- Bairro Ingá Alto, CEP: 32.604-345- Betim-MG.

EDITAL COMARCA DE ITUIUTABA-MINAS GERAIS. SECRETARIA DO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO 30 DIAS. O Dr. Antônio Félix dos Santos, Juiz de Direito da Secretaria da 2ª Vara Cível desta Cidade e Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc…FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria tramitam os termos do PROCEDIMENTO COMUM, autos nº 5003321-93.2022.8.13.0342. proposta por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A em desfavor de MARCO AURELIO ALVES DE OLIVEIRA. E por este meio e na melhor forma de direito, CITA o requerido MARCO AURELIO ALVES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF nº 036.074.636-54, nascido em 03/04/1974, filho de Elba Alves Andre, atualmente em lugar incerto e não sabido, por todos os termos do pedido inicial, e para querendo, no prazo de quinze (15) dias apresentar defesa que tiver, acompanhando o feito em todos os seus termos, até final sentença, sob pena de revelia e que não sendo contestado, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, de acordo com os arts. 335, III e 344 do CPC. Fica a parte requerida advertida que em caso de revelia, será nomeado curador especial. E para que chegue ao conhecimento geral, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. DADO e passado nesta Comarca de Ituiutaba, 03 de abril de 2024. K-21e24/09

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
CNPJ/MF: 19.674.909/0001-53 NIRE: 313.001.0676-4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 08/10/2024
Ficam os Acionistas da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. ("Companhia"), convocados para comparecer à **Assembleia Geral Extraordinária da Companhia**, a ser realizada no dia **08 de outubro de 2024, às 10:00 horas**, por votação eletrônica via Portal ATLAS, a fim de deliberar sobre: (i) eleição do Sr. Rafael Pereira Scherre como representante da Infraero para ocupar o cargo de membro do Conselho Fiscal da Concessionária. A ordem do dia e o acesso já estão inseridos no Portal ATLAS. Confins, 23 de setembro de 2024.
Fábio Russo Correa – Presidente do Conselho de Administração



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG

Aviso de Abertura de Licitação
Pregão Eletrônico nº 2012015.204/2024. Objeto: Compra de torneiras, filtros/refil purificador sob a forma de entrega integral, para o Hospital Governador Israel Pinheiro-HGIP/IPSEMG. Data da sessão pública: 08/10/2024, às 09h00m (nove horas), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico **www.compras.mg.gov.br.** O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O edital poderá ser obtido nos sites **www.compras.mg.gov.br** ou PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas. Belo Horizonte, 23 de setembro de 2024. Marci Moratti Cardoso Anselmo – Gerente de Compras e Contratos do IPSEMG.

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL | bradesco
EDITAL DE LEILÃO SOMENTE ON-LINE
PATOS DE MINAS - MG - CASA
1º Leilão: 07/10/2024, a partir das 11h00 . * 2º Leilão: 10/10/2024, a partir das 11h00

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br. **Localização do imóvel: Patos de Minas-MG.** Bairro Campos Elíseos. Rua João da Mata Sobrinho, 118 (Lt. 18 da qd. 32). **Casa**. Áreas totais: terr. 300,00m² e constr. 184,18m². Matr. 1517 do 3º RI local. Obs.: O Vendedor providenciará sem prazo determinado a baixa da Ação de Execução de Titulo Extrajudicial constante na Av. 3 da citada matrícula. Ocupada. (AF). **1º Leilão**: 07/10/2024, a partir das 11h00. Lance mínimo: **R$ 995.129,14. 2º Leilão**: 10/10/2024, a partir das 11h00. Lance mínimo: **R$ 740.298,21** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.vitrinebradesco.com.br** e **www.freitasleiloeiro.com.br.** Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 316.

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL | bradesco
EDITAL DE LEILÃO SOMENTE ON-LINE
ITUIUTABA - MG - CASA
1º Leilão: 07/10/2024, a partir das 11h00 . * 2º Leilão: 10/10/2024, a partir das 11h00

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br. **Localização do imóvel: Ituiutaba-MG**. Bairro Residencial Buritis. Rua Caiapós, 299, esquina c/ Rua Tamoios (Lt. 14 da qd. 04). **Casa**. Áreas totais: terr. 246,94m² e constr. 104,99m². Matr. 40.610 do 2º RI local. Obs.: Ocupada. (AF). **1º Leilão**: 07/10/2024, a partir das 11h00. Lance mínimo: **R$ 612.510,97**. **2º Leilão**: 10/10/2024, a partir das 11h00. Lance mínimo: **R$ 455.445,80** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.vitrinebradesco.com.br** e **www.freitasleiloeiro.com.br.** Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 316.

Poder Judiciário Do Estado De Minas Gerais Comarca De Uberlândia-MG . Secretaria Da 2ª Vara Cível. Edital De Citação Com Prazo De Vinte Dias. O Dr. Carlos José Cordeiro, Mm. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e respectiva Secretaria, processam-se os termos e atos da ação de Execução de Título Extrajudicial, autos nº 5050504-47.2022.8.13.0702 (PJe), requerido por BANCO ITAU UNIBANCO S/A - CNPJ: 60.701.190/0001-04.Em 06/10/2020, as devedoras efetivaram a contratação do crédito no valor de R$ 10.096,56.Ocorre que as Executadas, apesar de insistentemente cobradas para solução na esfera extrajudicial, deixaram de pagar as parcelas devidas desde a vencida em 06/11/2021, acarretando o vencimento antecipado da dívida. Em razão disso, as Executadas devem ao Autor a quantia de R$ 9.448,80 na data base12/09/2022.E como as Executadas não foram encontradas para citação, é o presente Edital expedido com a finalidade de CITAR e chamar as Executadas RACOES E CLINICA RUTE PEREIRA ROTELLI LTDA - CNPJ: 26.063.587/0001-71 e RUTE PEREIRA ROTELLI - CPF: 139.291.946-00 para os termos e atos da supracitada ação e para efetuar o pagamento da quantia de R$9.448,800 referente ao principal, acessórios e 10% sobre o valor da execução, no prazo de 03 (três) dias. Sabendo que no caso de integral pagamento, no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade. Poderá, ainda, caso queira, opor à execução por meio de Embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias. Faculto à parte ré optar em promover o depósito de 30% do valor atualizado do débito e parcelar o restante em até 06 (seis) vezes na forma (art. 916 do CPC). Assim, para conhecimento de todos, especialmente do (a/s) interessado (a/s), expediu-se o presente edital que será afixado no lugar público de costume e publicado uma vez no "Diário do Judiciário – Minas Gerais" e duas vezes no jornal local de grande circulação. Uberlândia, 16 de setembro de 2024. Eu, Juliana Alves Fernandes, oficial do judiciário, o digitei, subscrevi.(a) CARLOS JOSÉ CORDEIRO. Juiz de Direito Titular. K-24e25/09

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL | bradesco
EDITAL DE LEILÃO SOMENTE ON-LINE
COROMANDEL - MG - TERRENO
1º Leilão: 07/10/2024, a partir das 11h00 . * 2º Leilão: 10/10/2024, a partir das 11h00

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br. **Localização do imóvel: Coromandel-MG.** Centro. Rua Clésio Eustaquio Migueleto (antiga Rua Antero Torres), 249 (Lt. 130 da qd. 19 – setor 002). **Terreno** c/ 980,00m² (lançada no IPTU 1.100,40m²). Matr. 6.759 do RI local. Obs.: Atual denominação do logradouro e numeração predial pendentes de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes, inclusive da divergência da área de terreno apurada no local, com a lançada no IPTU e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF).**1º Leilão**: 07/10/2024, a partir das 11h00. Lance mínimo: **R$ 467.819,09. 2º Leilão**: 10/10/2024, a partir das 11h00. Lance mínimo: **R$ 272.933,74** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.vitrinebradesco.com.br** e **www.freitasleiloeiro.com.br.** Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 316.

MBK SECURITIZADORA S.A.
CNPJ/MF nº 15.688.041/0001-90 - NIRE 31.3.0010060-0
Companhia Aberta - Securitizadora
FATO RELEVANTE
A **MBK SECURITIZADORA S.A.,** sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.688.041/0001-90, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 6.594, sala 1.620-A, Lourdes, CEP 30.110-044 ("MBK Securitizadora"), neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80"), comunica ao mercado em geral o quanto segue: Em 07 de agosto de 2024, a MBK Securitizadora requereu, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), o cancelamento voluntário do registro de emissor de valores mobiliários na categoria B ("Pedido de Cancelamento de Registro - Categoria B"), nos termos do artigo 51, inciso I, da Resolução CVM 80 e da Deliberação CVM nº 885, de 24 de janeiro de 2023. Em 17 de setembro de 2024, a MBK Securitizadora recebeu o Ofício nº 250/2024/CVM/SEP/GEA-1, por meio do qual a Superintendência de Relações com Empresas ("SEP") da CVM informou que, em atenção ao Pedido de Cancelamento de Registro - Categoria B, formulado pela MBK Securitizadora, e diante do atendimento aos requisitos previstos na regulamentação aplicável, realizou o cancelamento do registro da MBK Securitizadora como companhia aberta na categoria B. O presente Fato Relevante tem caráter exclusivamente informativo, nos termos da legislação vigente. Belo Horizonte, 18 de setembro de 2024.
Marcus Amaro Oliveira Bitar Silva - Diretor Financeiro de Relações com Investidores.

Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A.
CNPJ/MF nº 48.127.012/0001-08 – NIRE 31.300.149.927
Ata de Assembleia Geral Extraordiniária realizada em 18 de julho de 2024
Data, Horário e Local: 18/07/2024, às 10h00, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. **Ordem do Dia: (i)** a aceitação da renúncia dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** a eleição do Presidente do Conselho de Administração da Companhia; **(iii)** a eleição dos novos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(iv)** a consignação da composição atual Conselho de Administração da Companhia. **Deliberações aprovadas**: **(i)** Aceitar a renúncia dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: **(i)** Sr. **José Salim Kallab Fraiha**, RG nº 27.205.90 SSP/MG, CPF/MF nº 523.098.356-68, do cargo de Presidente do Conselho de Administração e **(ii)** Sra. **Érica Youko Kawatake Nickel,** RG nº 33.912.524 SSP/SP, CPF/MF nº 298.356.298-03, do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; conforme cartas de renúncia apresentadas à Companhia; **(ii)** Tendo em vista a vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, conforme renúncia aprovada no item (i) acima, aprovar a eleição do Sr. **José Carlos Cassaniga**, RG nº 10.838.525-5 e CPF/MF nº 079.703.368-84, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Presidente do Conselho de Administração ora eleito será investido em seu cargo através de termo de posse, que será lavrado em livro próprio, devendo permanecer em seu cargo até 16/04/2025, sendo permitida a reeleição; **(iii)** Eleger os seguintes membros para compor o Conselho de Administração da Companhia: **(i)** Sr. **Enio Stein Júnior**, RG nº 09.376.519-6, CPF/MF nº 028.142.927- 81, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** Sr. **Carlo da Silveira Framarim**, RG nº 5067299809, CPF/MF nº 755.982.210-04, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; e **(iii)** Sr. **Carlos Eduardo Auchewski Xisto**, RG nº 8191873 SSP PR, CPF/MF nº 032.924.259-80, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Os membros ora eleitos serão investidos em seus cargos através de termo de posse, que será lavrado em livro próprio, devendo permanecer em seus cargos até 16/04/2025, sendo permitida a reeleição; e **(iv)** Em razão das eleições aprovadas no item (iii) acima, consignar a composição atual do Conselho de Administração da Companhia, cujo mandato encerrar-se-á em 16/04/2025: a) Sr. **José Carlos Cassaniga**, acima qualificado, como Presidente do Conselho de Administração da Companhia; b) Sr. **Enio Stein Júnior**, acima qualificado, como membro do Conselho de Administração da Companhia; c) Sr. **Carlo da Silveira Framarim**, acima qualificado, membro do Conselho de Administração da Companhia; e d) Sr. **Carlos Eduardo Auchewski Xisto**, acima qualificado, como membro do Conselho de Administração da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Uberlândia, 18/07/2024. Ass.: **Mesa: José Carlos Cassaniga** –Presidente; **Enio Stein Júnior** – Secretário. **Acionistas Presentes: EPR 2 Participações S.A.** Por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior. **Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – IE**, por: Perfin Administração de Recursos Ltda., que, por sua vez, é representada por Ralph Gustavo Rosenberg e Carolina Maria Rocha Freitas. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 11903440 em 13/08/2024. Protocolo 244949298 de 09/08/2024. Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

EDITAL DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONDOMÍNIO DE ADQUIRENTES DO EDIFÍCIO SUÍTES RAVENA

A Comissão de Representantes do **Condomínio do Edifício Suítes Ravena** (em construção na Rua Santa Luzia, n.º 86, Chácara Ponte da Biquinha, em Ravena – MG, cuja incorporação e destituição estão registrados na matrícula 12.070 do Cartório de Registro de Imóveis de Sabará – MG)vem, através do presente edital, convocar todos os condôminos/adquirentes das unidades em construção para participarem da Assembleia Geral, a ser realizada **por meio eletrônico**, conforme normas e procedimentos descritos neste edital. Data de realização em primeira convocação: **07 de Outubro de 2024, segunda-feira, às 18:30h.** Data de realização em segunda convocação: **07 de Outubro de 2024, segunda-feira, às 19:00h.** Transmissão pela Plataforma Zoom, a ser acessada no link: https://us02web.zoom.us/j/85936700477 ID da reunião: 859 3670 0477 **ASSUNTOS A SEREM DELIBERADOS: 1)** Apresentação e informação sobre ações judiciais em andamento e demais serviços, bem como deliberações sobre serviços e procedimentosfuturos. **2)**Prestação e deliberação sobre as contas do Condomínio. **3)**Deliberação sobre o procedimento de leilão extrajudicial das unidades inadimplentes. **4)** Deliberação sobre as despesas do empreendimento e sobre a contribuição mensal para o rateio das despesas (taxa de condomínio). **5)**Deliberação sobre reinício das obras e alvará. **6)** Eleger e empossar novos membros para a Comissão de Representantes, podendo haver reeleição. **7)** Deliberações sobre a vigilância do canteiro de obras e caseiro. **NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA HABILITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA VIRTUAL:** a) A presente convocação é realizada nos termos do artigo 49 da lei 4.591/1964, sendo as decisões tomadas pela maioria simples dos presentes válidas e obrigatórias para todos, independentemente de sua participação ou voto pessoal. b) Será preservado aos condôminos os direitos de voz, de debate e voto. c) Informa-se, ainda, que será admitida a representação por procuradores munidos de procuração específica, não sendo necessário o reconhecimento de firma, respondendo o procurador, todavia, civil e criminalmente pela autenticidade da assinatura do condômino outorgante e da validade de seu mandato. Para tanto, o condômino deverá **enviar a devida procuração assinada e escaneada para os e-mails:**documentosravenasuites@gmail.come roberto@actadvogados.com.br**até 06/10/2024 às 23:59h** para que haja tempo hábil para habilitar o procurador no dia e horário da Assembleia. d) Caberá ao condômino capacitar o seu acesso às ferramentas Plataforma Zoom. Caso o condômino tenha qualquer dúvida sobre como acessar a plataforma Zoom o mesmo poderá entrar em contato com os membros da Comissão de Representantes para dirimir eventuais dúvidas. e) É pré-requisito do participante garantir uma estrutura adequada de internet e equipamentos que suportem transmissão de áudio e vídeo. Não é recomendado o acesso em trânsito e/ou uso de telefonia móvel 3G/4G/5G em razão de eventuais instabilidades. Recomenda-se o uso de internet banda larga ou similar. f) Esclarece-se que todos os debates e as votações serão realizadas durante a Assembleia, podendo ser realizadas por manifestação em áudio ou texto (chat) e o resultado será apurado na própria Assembleia por contagem. g) Aqueles que participarem da Assembleia ficam cientes de que poderá ser gravada em imagem e áudio. h) Aqueles condôminos que não se identificarem devidamente (nome e número da unidade autônoma) ou que estiverem tumultuando a sessão virtual, após aviso verbal ou por escrito (chat) na sessão, poderão ser sumariamente excluídos pelo moderador ou pelo Presidente da Assembleia.
Ravena - MG, 19 de setembro de 2024.
Comissão de Representantes do Condomínio de Adquirentes do Edifício Suítes Ravena

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 190/2024. Objeto: Aquisição de jogos e brinquedos (cozinha, quebra-cabeças, bonecas, jogo boliche, fantoches, gangorra etc) para a Creche do Bairro Jadir Marinho. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 25/09/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 09/10/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 209/2024. Objeto: Aquisição de veículos tipo hatch,. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 25/09/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 08/10/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 210/2024. Objeto: Contratação de empresa para confecção de placas de trânsito. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 25/09/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 09/10/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 211/2024. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de sonda gástrica,. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 25/09/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 08/10/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 213/2024. Objeto: Aquisição de uma retroescavadeira. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 25/09/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 08/10/2024 às 8h30.

ELEIÇÕES 2024

Municipalização é solução para o transporte público

% WANDERSON ROCHA

MARA BIANCHETTI, Editora

Servidor público municipal, professor e sindicalista, Wanderson Rocha é candidato à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) pelo PSTU. Com uma trajetória marcada pela defesa dos trabalhadores e de políticas públicas de qualidade, usa como mote de campanha algumas das bandeiras de seu partido: a taxação dos super-ricos e municipalização e estatização de serviços essenciais, como transporte público, saúde e educação.

Wanderson Rocha critica o modelo de gestão compartilhada entre o setor público e o privado, sob o argumento de que nem mesmo os altos investimentos ou subsídios foram capazes de garantir melhorias significativas na qualidade dos serviços. Suas propostas envolvem ainda a criação de conselhos populares, formados por usuários, especialistas e trabalhadores em vistas de garantir uma gestão mais democrática e eficiente nas diferentes áreas da sociedade e também convencer os representantes de outras esferas de poder.

"A Belo Horizonte que eu sonho é a Belo Horizonte governada pelos trabalhadores e pela juventude. É uma cidade sem exploração e gente oprimida. [...] A gente está apostando muito nos conselhos populares, que é uma forma de a população estar com o governo municipal. Quando o povo trabalhador se organiza, os governantes têm receio (e atendem)".

A menos de duas semanas para o primeiro turno das eleições municipais 2024, que acontece no domingo, dia 6 de outubro, o candidato encerra a série de entrevistas do Diário do Comércio com alguns dos principais concorrentes ao cargo de prefeito de Belo Horizonte. A proposta era ouvir oito dos dez postulantes, porém, a equipe do prefeito Fuad Noman (PSD), candidato à reeleição, remarcou a conversa várias vezes e terminou não confirmando uma data para a entrevista.

Vale lembrar que os agendamentos levaram em consideração os resultados da pesquisa de intenção de votos mais recente até o início dos convites, que ocorreu em meados de agosto. Trata-se da pesquisa Datafolha publicada no dia 22 daquele mês, realizada nos dias 20 e 21, ouvindo 910 pessoas na cidade. Como critério, convidamos os concorrentes com pontuação igual ou superior a 1% no levantamento.

Todas as conversas tiveram duração de 45 minutos e a economia como tema central. Ouvimos de cada candidato, suas análises e propostas acerca dos desafios existentes na cidade. Falamos de presente, mas principalmente, de futuro, com perguntas dentro das mesmas temáticas, mas contextualizadas com o histórico e plano de governo proposto pelo candidato ou candidata. Já a ordem de publicação seguiu a agenda e disponibilidade de cada concorrente. %



FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / BRENO RIBEIRO

> "Daqui para o final do ano, a única certeza que temos é: ou vai aumentar o preço da passagem, ou vai aumentar o subsídio. Quem vai pagar o preço disso aí é o trabalhador que levanta às 5 horas da manhã"
>
> Wanderson Rocha

Por que você quer ser prefeito de Belo Horizonte?

Eu vim do movimento estudantil, estudei na Universidade do Estado de Minas Gerais, na Faculdade de Educação, formei em Pedagogia, e participava do movimento estudantil, que me despertou essa ânsia de discordar do mundo que a gente vive. Um mundo em que você tem uma concentração de riqueza nas mãos de poucos. E um mundo que não tem problema nenhum em ampliar as diferenças sociais e econômicas. Lá eu lutei muito pela valorização da prestação de serviço público da universidade, na época não existia política estudantil e a gente conseguiu, mais adiante, garantir a gratuidade no campus de Belo Horizonte. Além disso, entrei na prefeitura em 2004, sou professor alfabetizador, trabalho com as crianças de 6 anos, 7 anos de idade. E todo esse envolvimento e engajamento que tive no movimento estudantil também está nas principais lutas dos trabalhadores da rede municipal para garantir valorização e melhores serviços para a população. E neste processo eleitoral, o PSTU vê como natural se colocar como alternativa para os trabalhadores, porque os patrões vão ter seus representantes. Então, o PSTU não pode se furtar em apresentar uma candidatura com firmeza ideológica, que sabe de que lado está, uma firmeza que compreende que esse sistema capitalista precisa ser banido e derrubado, que a gente viu na própria pandemia, o tanto que ficou demonstrado a desigualdade existente no nosso País. Enquanto víamos bilionários aumentarem suas fortunas em detrimento de pessoas morrendo por causa da Covid. Governos que eram negacionistas, não ajudavam o País naquele momento. Sou candidato à Prefeitura de Belo Horizonte, representando a ideologia em que o dinheiro público tem que ser usado a serviço público e não para terceirização e privatização. Por isso, a gente se coloca como alternativa, neste momento, à Prefeitura de Belo Horizonte, junto com a minha vice Andréia, uma lutadora, também professora da rede municipal e estadual, defensora da causa animal e uma das principais lideranças do movimento sindical voltado à defesa dos direitos dos trabalhadores e dos serviços públicos de qualidade.

No País e mais precisamente agora em São Paulo, vivemos um cenário de polarização empobrecendo os debates. Você acha que esse cenário se repete aqui em Belo Horizonte?

Aqui está um processo diferente, não tem cadeirada, não tem uma agressividade no campo pessoal. Somos firmes em fazer críticas aos candidatos que consideramos que representam um setor, porque somos um partido classista e fazemos questão de reforçar isso. Em São Paulo, mesmo aqueles que falam que são antissistema estão ligados ao sistema. Em Belo Horizonte não fizemos a unificação da esquerda, que é um debate que vem sendo feito. Mas o PSTU tem uma base programática que os outros candidatos não queriam abraçar. A primeira é ter a firmeza de que a cidade precisa ser governada com os trabalhadores e tanto a Duda (Salabert) quanto o Rogério (Correia) vêm com discurso de que vão governar para todos. A gente acha até estranho. Eles fazem parte da base do atual prefeito, o Fuad, e saem como oposição? Por isso não tivemos uma oposição parlamentar de esquerda em Belo Horizonte. O PSTU foi um dos poucos partidos que sempre efetuou críticas à atual gestão. Então não foi possível, do nosso ponto de vista, fazer essa unificação. Isso é enganar as pessoas.

A sua proposta para solucionar os problemas de mobilidade da cidade é municipalizar o transporte público?

Sim, como está há 30 anos privatizado, nas mãos de empresários, e nada é feito, nosso ponto de vista é de que tem que fazer a municipalização. A gente está propondo também ter conselhos populares com usuários do transporte, especialistas da área de mobilidade e os próprios trabalhadores. Tem uma lei já aprovada na Câmara Municipal, que fala sobre a encampação. A encampação estabelece que se as empresas não estão cumprindo o contrato, a prefeitura tem, nessa legislação, o poder de absorver os ônibus e os trabalhadores. Ou seja, já está com meio caminho andado com essa lei, porque são as empresas que estão gerando multas e multas e não fazem o pagamento. A tendência mais adiante é essas empresas terem o perdão das dívidas. E daqui para o final do ano, a única certeza que temos é: ou vai aumentar o preço da passagem, ou vai aumentar o subsídio. Quem vai pagar o preço disso aí é o trabalhador que levanta às 5 horas da manhã.

O que pode ser feito após a municipalização?

A gente está trabalhando a questão da própria mobilidade. Sou da região do Céu Azul, em Venda Nova, e pego o corredor que vai até a estação Pampulha, na avenida Portugal. Ali existe um gargalo já previsto à época das obras para a Copa (do Mundo de 2014); de termos alguns locais que se poderia considerar como pista exclusiva de ônibus, porque ali vira um caos. A própria José Cândido da Silveira estava no projeto. Se a gente for pegar também a saída para Pedro II, se pegar a avenida Tancredo Neves, existia a previsão de um BRT, uma estação ali e isso não se efetivou. Até desapropriaram os moradores da Vila São José e não houve mudança significativa. Nossa proposta é, além da municipalização, também criar alguns modais. A gente vai solicitar ao governo do Estado, ao governo federal os recursos.

Como você avalia o processo de concessão do metrô?

A gente tem uma crítica forte em relação ao próprio metrô. O governo Bolsonaro iniciou a privatização do metrô, a partir da concessão pedida pelo governo do Estado, Romeu Zema, e a gente lamentou muito o governo Lula não ter rompido a continuidade da privatização. Por que eu digo isso? Já tem estipulado R$ 2,8 bilhões para concessão ao longo de 30 anos para essa empresa. Uma empresa que ganhou um consórcio por R$ 25 milhões. E se a gente for comparar foi a preço de banana, em que a empresa ainda vai conseguir recurso federal e recurso estadual, que está dando mais R$ 400 milhões do dinheiro do acordo da Vale, a contrapartida dessa empresa assassina, para tentar amenizar e repassar o dinheiro para os governos, no caso o governo estadual, sem ter resolvido até a minha situação dos moradores de Brumadinho, da região de Mariana. Por isso, a gente também vai defender, caso ganhe a prefeitura, ter uma conversa com o governador Romeu Zema e com o presidente Lula para repassar a responsabilidade da gestão do metrô para a prefeitura. Porque a prefeitura não teria gasto nenhum. Imagina você ter R$ 2,8 bilhões em caixa mais R$ 400 milhões do governo do Estado... seria pouquíssimo e privatizou, piorou ainda mais para a população. O metrô passou de R$ 1,80 para R$ 5,50 e reduziu drasticamente os usuários. A tendência daqui a pouco é tentarem dar subsídio para essa empresa.

Essa reestatização é legal? É viável?

Para o transporte coletivo de ônibus, sim. Para o metrô a gente está apostando muito nos conselhos populares, que é uma forma da população estar com o governo municipal e quando o povo se organiza, o povo trabalhador, os governantes têm receio. Se a gente conseguir uma forte mobilização em Belo Horizonte, é natural o governo federal e o governo estadual se reunirem de forma urgente e repassar. Agora, para o transporte coletivo de ônibus é legal, já tem a encampação, que é uma lei municipal. E a previsão do contrato é para 2028. Então pega a próxima legislatura. Como a gente já percebeu que não estão cumprindo o contrato, a gente já, na transição, vai mudar isso e absorver os trabalhadores para evitar que o transporte pare. A gente vai ter tranquilidade de conversar e vai ter muita mobilização da população e se ela compreender que, de fato, para ter transporte de qualidade em nossa cidade, para que o trabalhador não tenha que pagar passagem, ela vai se mobilizar. Hoje o desempregado para ir ao centro de Belo Horizonte tem que gastar R$ 10,50, já que é R$ 5,25 a passagem. É um absurdo. Para você se locomover dentro do bairro, você paga R$ 5,00. Da estação até o centro, R$ 0,25. Isso cerceia a mobilidade não só do trabalhador e daquele que está desempregado, mas da nossa própria juventude. Se a gente for pensar que é uma juventude que tem que conhecer vários espaços da cidade, investimentos em cultura para que a juventude tenha acesso, ela é cerceada pelo fato de ter uma passagem cara e não ter nenhuma gratuidade.

Como seriam esses conselhos?

Os conselhos vão ser temáticos. Para a saúde, educação, mobilidade e transporte. Diferente dos conselhos municipais e diferente do orçamento participativo, porque nossa ideia é descentralizar as decisões da prefeitura. Uma eleição não tem uma neutralidade, já que têm os financiadores das campanhas. Os conselhos vão ser uma forma de descentralizar essas decisões. Não é igual o orçamento participativo, que era uma porcentagem mínima, que fazia com que as pessoas brigassem dentro do bairro. Com o orçamento da prefeitura, que vem aumentando a cada ano acima da inflação, a nossa ideia é descentralizar as decisões da cidade e com isso garantir que os recursos de fato cheguem até a ponta, seja para a cultura, para a saúde, para o transporte, para a moradia da nossa cidade, para a própria educação da nossa cidade também. Acho que vai ser um modelo novo e diferente que vai dar o poder das pessoas definirem e decidirem, não simplesmente daqui a quatro anos, vota hoje, não gostou do político, daqui a quatro anos vai pensar se muda ou não. Se você envolve a população nos espaços decisórios, a cidade vai ganhar e muito. Uma cidade que foi construída há mais de 126 anos pelas mãos de ex-escravizados, de operários e até de trabalho infantil… quem construiu a riqueza dessa cidade foi sendo expulso para as vilas e favelas e atualmente, para outros municípios, porque o preço alto do IPTU, o custo de vida em Belo Horizonte está expulsando as pessoas. Lá no Serra Verde, onde teve a construção da Cidade Administrativa próximo, houve um boom imobiliário e isso vem forçando as pessoas a saírem de lá e irem para Santa Luzia ou para Ribeirão das Neves. Por isso estamos defendendo uma nova fórmula para o IPTU. A cidade tem uma dívida histórica e econômica com os nossos antepassados, com o povo que ajudou a construir a riqueza. A gente vai trabalhar com a renda para garantir até a gratuidade.

E como fica a arrecadação? O município vai perder dinheiro?

A nossa ideia é ter um imposto progressivo. Por exemplo, a gente tem metros quadrados, como a Savassi, de mais de R$ 11 mil. É inadmissível você ter uma cidade com metros quadrados com esse valor, enquanto há pessoas na extrema pobreza. Saiu agora um estudo da UFMG dizendo que 40% das pessoas de vilas e favelas está passando fome em nossa cidade. Imagina uma cidade rica, que tem um PIB de mais de R$ 105 bilhões, convivendo com a extrema pobreza, pessoas passando fome e desempregadas. Então, para os super-ricos, a gente vai aumentar o IPTU como uma forma de retribuir o histórico de dívida que a cidade tem. A cidade também deve muito aos pequenos comerciantes, que são aqueles que de fato geram emprego em nossa cidade. Cerca de 80% tem até dez empregados. Então, o nosso compromisso hoje é com os trabalhadores, com os pequenos comerciantes, diante da dívida que a cidade tem com essas pessoas.

Você defende a revisão do plano diretor?

O plano diretor é um plano muito disputado por vários setores da sociedade. E mais uma vez os conselhos populares serão fundamentais, porque se a gente for jogar a discussão só para a Câmara Municipal, vai ter muita dificuldade, porque a composição da Câmara sempre não favorece muito os trabalhadores. Por mais que você possa ter algumas pessoas que venham das regiões periféricas, boa parte ali está compromissada com seus interesses. A gente tende a fazer uma rediscussão do plano diretor, mas essa discussão só virá depois que a gente organizar os conselhos populares para que, de fato, a gente tenha peso social para convencer os vereadores, porque, do contrário, vai ser chantagem. Atualmente é assim. Nosso sistema político tem uma centralização no poder Executivo, porque ele que tem o recurso financeiro, mas agora acabaram inventando essas emendas impositivas que, do nosso ponto de vista, piorou a situação, porque praticamente quase não tem renovação. Não queremos cair no "toma lá, dá cá", como acontece hoje, não só em Belo Horizonte, mas no País todo.

E o que você pensa sobre os projetos minerários na Serra do Curral?

Primeiro é preciso a gente entender que o PSTU defende outro modelo de mineração. A gente não é contra a mineração, a gente defende outro modelo. Não esse modelo que predatório, que faz cálculos para ver quantas pessoas podem morrer. E mesmo assim, em Mariana e Brumadinho tem gente que até hoje não recebeu. Um modelo que não está nem aí para o meio ambiente, que não está nem aí para os animais da nossa fauna, nem para a nossa flora. Então, nós compreendemos que a Serra do Curral já não dá mais para utilizar para a mineração. E o que for possível, por parte da prefeitura, a gente não vai permitir que haja mineração. E pretendemos fazer um chamado também aos governos federal e estadual, já que são eles que dão a concessão. Vamos exigir que cancelem as concessões. Aí se resolve toda a situação, não só na Serra do Curral, mas no Rola Moça também. É importante compreender que a mineração predatória contribui também pela crise climática que a gente vive.

> *"(…) mas por que não fazer a divulgação do que existe nas regionais, do que tem nas periferias da nossa cidade? Temos diversos estabelecimentos (bares e restaurantes) nessas regiões e o que falta é incentivo da prefeitura"*
>
> Wanderson Rocha

Como impulsionar os segmentos de comércio e serviços da cidade e, ao mesmo tempo, incentivar a diversificação da economia?

Temos a Feira Hippie, que é uma referência de pessoas do mundo. Temos praticamente tudo lá. A nossa ideia é fazer a descentralização da feira, ampliar onde for possível e também levá-la para as regionais da cidade replicando o modelo. Isso também incentiva as pessoas a conhecerem as regionais, que também têm suas culturas. E tem o polo da moda no Barro Preto, que não teve quase socorro algum na pandemia. Precisamos lembrar quantos empregos aquelas empresas geram. Acreditamos que a maneira da prefeitura valorizar esse setor é descentralizando também. Também tem o BHTec, um laboratório que reúne *startups*, mas saem de Belo Horizonte e vão para outros estados e outros países. Pretendemos estimular parcerias com a Universidade Federal de Minas Gerais para incentivar a nossa juventude a ter outras perspectivas, porque atualmente não tem perspectiva quase nenhuma. A gente está vivendo um sistema capitalista que diz que a culpa é individual. Mas existe uma desigualdade, na qual o filho de um bilionário ou de um rico tem outras opções. O filho do pobre, do trabalhador, fica com poucas perspectivas. Por isso que a gente vai investir fortemente na parceria com a UFMG e com outras instituições públicas.

E isso passa também pela desburocratização?

Como vamos trabalhar com os conselhos, a gente vai chamar todos os agentes que compreendem o que dificulta. Eu tive no São Geraldo, numa feira, eles estavam reclamando justamente da burocracia na prefeitura. Uma das senhoras que conversei falou que tinha até a data de segunda-feira para preencher uma série de documentos, mais de 30 páginas. Ela não tinha muito domínio da tecnologia, ela não sabia onde que ela iria. Falta suporte. Não acho que a gente tenha que abolir a tecnologia, mas pensar também nesses feirantes, por exemplo, em que o processo de burocratização é tão grande que acaba que o BH Resolve não consegue resolver. A prefeitura, talvez numa canetada, num decreto, poderia resolver isso. Ou se precisar de uma legislação que possa facilitar, a gente vai ter esse compromisso para evitar que as pessoas percam muito tempo e até mesmo desistam. Também queremos auxiliar as pessoas que talvez não tenham acesso às redes sociais como deveria. As escolas podem ser um polo ou o próprio BH Resolve. Podemos ter diferentes unidades do BH Resolve para evitar que a pessoa tenha que ir ao centro da cidade resolver essas questões, porque ainda tem o preço da passagem que é um absurdo.

E para a indústria criativa, as áreas de gastronomia, turismo, cultura, que também são muito importantes para a cidade, o que você propõe?

A gente vai nesse mesmo modelo de conversa. Temos uma área gastronômica nas periferias e às vezes as pessoas não enxergam, acham que é só o Mercado Central que é o polo. Eu vou muito no restaurante do Caju, no Céu Azul. O espaço é módico, mas por que não fazer a divulgação do que existe nas regionais, do que tem nas periferias da nossa cidade? Temos diversos estabelecimentos nessas regiões e o que falta é incentivo da prefeitura até mesmo para ajudar na divulgação.

Como professor, quais são suas propostas para a educação? Inclui a municipalização da rede de ensino. Como seria?

De 2017 para cá houve um peso da gestão do Kalil e seguiu com o Fuad de repassar o dinheiro público para as organizações sociais - as antigas creches conveniadas. As creches conveniadas tiveram um papel importantíssimo nas décadas de 70 e 80, porque era considerado assistência social, e com a Constituição a educação infantil passou a ser responsabilidade dos municípios. O crescimento dessas organizações sociais fez com que tivéssemos salas fechadas na rede própria. Hoje temos 144 escolas de educação infantil da rede própria e 244 creches conveniadas. E vamos ser sinceros, algumas creches conveniadas não tem ligação com vereador. A gente tem uma ONG chamada Bacana Demais, que um candidato a vice-prefeito é um dos fundadores e recebe verba da Prefeitura de Belo Horizonte. No formato de hoje, essas creches estão servindo muito mais para manter quem está no poder. Eles priorizaram colocar o tempo integral na rede conveniada, sendo que a gente tem uma estrutura forte da rede própria. Estão faltando cerca de 1.600 crianças para garantir o acesso a todas na cidade. E analisando, vimos que as salas fechadas do tempo integral e do berçário são suficientes para zerar a fila. E precisamos fazer a municipalização de algumas dessas estruturas. O povo de Belo Horizonte não precisa de puxadinho, precisa de escola de verdade. Para o ensino fundamental, a gente quer garantir que todas as escolas tenham biblioteca. Também precisamos de laboratórios de informática. Por fim, a valorização dos profissionais da educação. O professor hoje ganha R$ 3.200 bruto ou R$ 2.500 líquido. É um absurdo. A gente tem que valorizar o professor e vamos pagar o piso nacional que hoje é R$ 4.580,27. E aos auxiliares administrativos das escolas, vamos garantir que recebam 70% do que ganha um professor. Tem um projeto de lei no Congresso que trata dessa vertente. Já vamos antecipar isso aí. E quanto aos 7 mil trabalhadores terceirizados, vinculados à MGS ou a Caixa Escolar, nossa ideia é cancelar o contrato com a MGS, que ganha muita grana e paga um dos piores salários do Brasil, absorvê-los e ter um plano de carreira para esses trabalhadores. Equipes multiprofissionais. No ensino, como vem aumentando o número de crianças com deficiência acessando o serviço público de Belo Horizonte, vamos garantir que tenha um professor especialista em cada turno para que ele dê suporte ao professor na sala de aula. Só assim vamos ter uma inclusão. A gente não quer mais só o menino na escola, a socialização. Tem que ter aprendizagem.

Tem recurso suficiente para fazer o que você planeja na saúde? Ampliação do Samu, UPAs, leitos e centros de saúde?

Tem recurso. Teve R$ 1 bilhão para socorrer empresário de ônibus, tem dinheiro para investir nessas áreas. Eu estive no Risoleta Neves, que é referência no Vetor Norte da cidade e falta uma coisa simples, um hospital de leito de espera. Lá tem entrada de urgência e emergência, mas a saída complica, porque as UPAs estão lotadas e os postos de saúde têm características próprias e não poderiam absorver. Já assumi o compromisso de ter um hospital municipal, um equipamento no centro da cidade, ali na rua Paraíba, para implantar um hospital de leitos de espera e, assim, desafogar o Risoleta e o Odilon Behrens. E para o Hospital do Barreiro a ideia é municipalizar, porque aí, de fato, a gente deixa de repassar dinheiro público para iniciativa privada.

E no caso da segurança pública, o que você propõe?

A segurança, no todo, a responsabilidade é do governo do Estado. A gente compreende que a polícia deveria ser uma polícia única. Poderia ter a Polícia Civil, a Polícia Militar e outros braços de opressão, todos têm direito à sindicalização. A lógica militar, do nosso ponto de vista, é complicada, porque às vezes o policial mora lá na periferia, mas recebe ordens de dar um tratamento diferente. Na Savassi a ordem é uma e no Poca Oi, é outro. É isso que a gente quer mudar, tirar essa lógica hierárquica da Polícia Militar. No que compete à Prefeitura de Belo Horizonte, que é a Guarda Civil, no nosso ponto de vista, ela não tem que ser armada. Ter mais um aparelho repressor para bater em camelô, sendo utilizado até mesmo para bater em professor, não queremos. A Guarda Civil tem que ter um papel mais comunitário. Esses que estão prometendo armar a guarda, aumentar o efetivo da guarda, eu que sou negro e quem mora lá no Poca Oi, quem mora lá no Suvaco da Cobra, e as demais pessoas que moram nas periferias, vilas e favelas, temos uma única certeza: que o aparelho repressor do Estado não bate no portão como na Savassi. Eles já chegam arrebentando o portão ou pulando o muro, sem mandado de segurança. A gente até defende que os delegados deveriam ser eleitos pelas comunidades, porque você cria uma relação e hoje as pessoas têm medo. A gente assume o compromisso garantir o não armamento da Guarda Civil e transformá-lo numa guarda comunitária, numa guarda que, de fato, garanta o patrimônio da nossa cidade.

Você acha que é preciso aumentar a arrecadação de Belo Horizonte para equalizar as finanças ou é uma questão de gestão dos recursos?

Tenho certeza que como existe uma dívida econômica e histórica com nossos antepassados, vamos ter que ter imposto progressivo para aqueles que ganham muito. E isso não inclui o pequeno comerciante ou o trabalhador. Eles têm uma dívida com a cidade. Tem que aumentar ainda mais a arrecadação; temos verbas federais para a saúde, educação, que são verbas carimbadas. E taxar os bilionários, porque se não fizer isso, a desigualdade vai se manter. Os super-ricos têm que entender que eles precisam contribuir para mantermos um equilíbrio e as pessoas tenham condições de emprego, trabalho, educação e saúde de qualidade em nossa cidade.

Qual a Belo Horizonte do futuro você quer, sendo eleito ou não?

A Belo Horizonte que eu sonho é a Belo Horizonte governada pelos trabalhadores, governada pela juventude da nossa cidade, é uma cidade que não tem exploração, não tem gente oprimida, ninguém que seja explorado. Por isso que nós do PSTU temos um sonho maior ainda: defendemos outra sociedade, a sociedade socialista, porque o sistema capitalista já provou que socorre os bilionários, não o povo trabalhador. Queremos uma Belo Horizonte da classe trabalhadora, uma Belo Horizonte da nossa juventude, para que, de fato, haja riqueza na cidade e todos possam usufruir dessa riqueza. %

AGRONEGÓCIO

VBP da agropecuária pode superar R$ 137 bilhões em 2024

SEAPA Valor Bruto da Produção em Minas pode ser 7,2% maior que o obtido em 2023; faturamento bruto tanto das lavouras como da pecuária caminha para resultados positivos

MICHELLE VALVERDE

As estimativas para o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de Minas Gerais, com base nas informações de agosto, resultaram em faturamento bruto de R$ 137,05 bilhões para este ano. O valor ficou 7,2% maior que o obtido em 2023, quando o faturamento alcançou R$ 127,84 bilhões. Conforme os dados da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), entre os produtos de maior peso -café e leite -, o faturamento (VBP) do café tende a crescer 30,3%, enquanto o do leite tende a uma retração de 3,6%.

Neste ano, tanto o faturamento bruto das lavouras como da pecuária caminha para resultados positivos. No caso das lavouras, a estimativa é de uma alta de 6,5% no VBP. Assim, a previsão é atingir um faturamento bruto de R$ 91,1 bilhões. O VBP da pecuária cresceu 8,6% chegando, portanto, a R$ 45,89 bilhões.

O resultado positivo das lavouras ocorre pelo desempenho positivo de importantes *commodities*, como o café, que está com os preços bastante valorizados no mercado. Conforme os dados da Seapa, o VBP do café total, que é principal produto do agronegócio de Minas Gerais, chegou a R$ 36,5 bilhões, representando, assim, uma alta de 30,3%.

A alta no resultado se deve aos preços valorizados, uma vez que a safra cairá 3,3% no Estado, chegando, assim, a 28,05 milhões de sacas beneficiadas. A maior parte do valor bruto do café vem da espécie arábica. Para a espécie, a previsão é um VBP de R$ 36,1 bilhões, valor 30% superior. Já o faturamento do café conilon tende a crescer 64%, assim, o faturamento chegará a R$ 400 milhões.

No sentido oposto, a cultura da cana-de-açúcar tende a apresentar um VBP maior. Conforme os dados, a estimativa é avançar 2,7% e atingir um faturamento bruto de R$ 14,49 bilhões.

No caso da banana, é esperado um aumento de 34,6% no VBP, que pode alcançar R$ 4,3 bilhões. O valor bruto da batata está estimado em R$ 5,3 bilhões, valor que supera em 49,9% o obtido em 2023.

Quedas - Segundo maior faturamento das lavouras de Minas Gerais, a soja segue com queda. O VBP da cultura está em R$ 15,5 bilhões, ante R$ 19,2 bilhões em 2023, representando, assim, uma retração de 19,2% frente a 2023. A redução é resultado da queda dos preços e da produção. No ano safra 2023/24, a soja, que é o grão mais cultivado no Estado, ficou com a produção 6,7% menor, somando, assim, 7,79 milhões de toneladas.

Assim como na soja, para o milho, a tendência é de queda. A previsão é reduzir em 26,1% o faturamento bruto, que pode chegar a R$ 6 bilhões. O VBP do feijão, R$ 2,5 bilhões, está 11,7% menor.

Pecuária - Na pecuária, a alta de 8,6% esperada para o VBP, que pode alcançar R$ 45,89 bilhões em 2024, é puxada pelos bons resultados dos bovinos, frangos e suínos. No caso dos bovinos, segundo maior faturamento do segmento, o incremento de 3,5% elevará para R$ 13,2 bilhões o VBP em 2024. Para a produção de frangos, conforme os dados da Seapa, o VBP tende a crescer 6,9%, chegando, assim, a R$ 7,5 bilhões.

O faturamento dos suínos tende a crescer expressivos 84,5% e encerrar o ano em R$ 7,2 bilhões. A produção responde por 15,8% do faturamento bruto da pecuária.

Apesar dos resultados positivos nos três itens, leite e ovos seguem com tendência de queda no VBP de 2024. O faturamento bruto do leite, principal produtos do segmento, está 3,6% menor e estimado em R$ 15,8%. O produto responde por 34,4% do resultado da pecuária de Minas Gerais.

O faturamento dos ovos também está com tendência semelhante. O VBP pode retrair 1,1% e chegar a R$ 2,1 bilhões.



Bom resultado do faturamento das lavouras ocorre pelo desempenho de importantes *commodities*, como café FOTO: DIVULGAÇÃO / COOXUPÉ



Na pecuária, alta de 8,6% esperada para VBP é puxada pelos resultados de bovinos FOTO: DIVULGAÇÃO / JADIR BISON

> **"A alta no resultado do café deve-se aos preços valorizados, uma vez que a safra cairá 3,3% no Estado devido às adversidades climáticas"**

CANA-DE-AÇÚCAR

Safra 2025/26 é mais preocupante

Rio de Janeiro - A Raízen, maior processadora de cana-de-açúcar do mundo, vê com maior preocupação a safra do ano que vem (2025/26), se a seca continuar nos próximos meses, do que os eventuais impactos da estiagem e das queimadas para o ciclo atual, que tem viés de alguma redução.

"Minha maior preocupação está com a safra do ano que vem. Se a seca vai se prolongar muito. Estamos vendo como vai ser o clima em novembro, dezembro e janeiro", declarou o CEO da Raízen, Ricardo Mussa, à Reuters, após participar de um seminário na feira de ROG.e, no Rio de Janeiro.

Ele lembrou ainda que os canaviais da empresa foram afetados pelas queimadas, mas o impacto para a safra atual (2024/25) não foi tão significativo, em um primeiro momento."Quando tem queimada, você é obrigado a colher mais rápido porque a cana queimada perde a sacarose", explicou.

A perda "ainda não foi tão significativa", acrescentou, lembrando que, se não chover adequadamente nos próximos meses, que marcam um período de maior umidade, as produtividades poderão cair nas áreas atingidas pelo fogo e que estavam já em desenvolvimento para 2025/26. "Se não tiver chuva, aí o impacto da queimada é ainda maior. Tempo seco está ameaçando a safra do ano que vem, mas ainda é cedo para falar", ponderou.

Sobre a safra atual, que deve ser colhida até novembro, Mussa avalia que a Raízen poderá ter de reduzir um pouco as estimativas, mas evitou adiantar números. "Estamos olhando para um número um pouco menor. É o impacto menor do incêndio e mais do clima mais seco", disse, lembrando que um novo *guidance* deve sair em meados de outubro.

Questionado se vai ficar dentro do intervalo projetado - entre 82 milhões e 85 milhões de toneladas de cana no ano-safra iniciado em abril -, ele disse que vai depender do que o "clima está mostrando agora".

"Por enquanto não estamos mudando o *guidance*, mas lá em outubro a gente vai revisar. Não é na parte superior, é mais para parte inferior", finalizou. **(Reuters)**



Maior processadora de cana do mundo, Raízen aponta maior preocupação se seca continuar nos próximos meses do que estiagem e queimadas do atual ciclo FOTO: DIVULGAÇÃO / M NIELS ANDREAS



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as integras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

RENT B3 LISTED NM

LOCALIZA RENT A CAR S.A. - COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 16.670.085/0001-55 - NIRE: 3130001144-5

Localiza&co

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2024

Data, Hora e Local: Realizada em 20 de setembro de 2024, às 9h nos termos do §3º do artigo 13 do Estatuto Social da Localiza Rent a Car S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo de Vasconcelos, nº 377, bairro Cachoeirinha, CEP 31.150-000. **Convocação:** Convocação realizada nos termos do §1º do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia. **Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração, a saber: Eugênio Pacelli Mattar, Luis Fernando Memoria Porto, Paula Magalhães Cardoso Neves, Artur Noemio Grynbaum, Maria Letícia de Freitas Costa, Paulo Antunes Veras e Pedro de Godoy Bueno. Presente, ainda o Sr. André Sapoznik. Ausência justificada do Sr. Sérgio Augusto Guerra de Resende. **Mesa:** Eugênio Pacelli Mattar, Presidente, e Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira, Secretária. **Deliberações:** Assuntos tratados e deliberações tomadas por unanimidade, ressalvados os impedimentos legais: **Declaração de juros sobre capital próprio.** Aprovada, nos termos da recomendação do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e da opinião do Conselho Fiscal, a proposta de pagamento de juros sobre capital próprio, que será imputado ao valor do dividendo obrigatório do exercício de 2024, conforme artigo 9, parágrafo 7º da Lei nº 9.249/95 e com base no parágrafo 5º do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, no valor bruto de R$423.769.162,56 (quatrocentos e vinte e três milhões, setecentos e sessenta e nove mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). O pagamento ocorrerá no dia 14 de novembro de 2024 na proporção da participação de cada acionista, com retenção do Imposto de Renda na fonte, exceto para os acionistas que já sejam comprovadamente imunes ou isentos. Farão jus ao pagamento os acionistas constantes da posição acionária da Companhia em 25 de setembro de 2024, sendo que as ações, a partir de 26 de setembro de 2024, serão negociadas na bolsa de valores "ex" esses juros sobre capital próprio. O valor bruto por ação estimado nesta data dos juros sobre capital próprio a ser pago é equivalente a R$0,399525840. O valor por ação poderá ser modificado em razão da alienação de ações em tesouraria para atender ao exercício de planos de incentivo de longo prazo da Companhia e/ou por eventual aquisição de ações dentro do Plano de Recompra de Ações da Companhia. **4º Programa de Recompra de Debêntures.** Aprovar nos termos da Resolução CVM 77, o Programa de Recompra, bem como autorizar a Diretoria da Companhia a realizar as aquisições de debêntures no âmbito do programa aprovado, nos termos aqui previstos e conforme as especificações do **Anexo A** à presente Ata, estando autorizados, desde já, os diretores da Companhia a: **(a)** definir os termos e condições da compra de debêntures, inclusive em relação ao número de debêntures e emissões que efetivamente serão objeto de tal aquisição; e **(b)** praticar quaisquer outros atos necessários relacionados à aquisição das debêntures no âmbito do Programa de Recompra, incluindo, mas sem limitação, recolocar no mercado as debêntures adquiridas e mantidas em tesouraria, mediante negociação no mercado organizado de valores mobiliários, em oportunidade e pelos valores que entenderem adequados. **Análise da auditoria da ISO 37.001.** Os resultados da análise crítica referente a manutenção da ISO 37.001 foram apresentados, incluindo as não conformidades apontadas pela auditoria interna com os respectivos planos de ação, tendo sido comentado o debate do tema pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, não havendo recomendações adicionais. **Encarregado de Proteção de Dados.** Feitos os esclarecimentos solicitados, o Conselho resolveu aprovar a nomeação da Sra. Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira para atuar como Encarregada de Proteção de Dados da Companhia e da Sra. Camila Anelyse Mendonça Margarida como Encarregada Substituta de Proteção de Dados da Companhia. **Alteração de atividade da Subsidiária Integral da Companhia**. Nos termos do artigo 12, alínea "m" do Estatuto Social da Companhia, fica autorizada a alteração do objeto social da subsidiária integral da Companhia, a "Rental Brasil Administração e Participação S.A", para inclusão da atividade de gestão e administração de propriedade imobiliária com a consequente reforma e consolidação do seu estatuto social. Ficam autorizados, desde já, os Diretores da Rental Brasil Administração e Participação S.A, a praticarem todos os atos necessários à realização da referida alteração, mas não se limitando, a formalização do referido documento. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Sem mais deliberações, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata em meio magnético, para posterior aprovação pelos participantes. Para fins de certificação digital, a assinatura da documentação será realizada isoladamente pela Sra. Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira. **Certidão:** Declaro que esta é cópia fiel de parte da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de setembro de 2024, que se encontra transcrita no livro próprio, arquivado na sede social da Companhia, com a assinatura de todos os participantes: Mesa – Eugênio Pacelli Mattar, Presidente, e Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira, Secretária. Membros do Conselho de Administração – Eugênio Pacelli Mattar, Luis Fernando Memoria Porto, Paula Magalhães Cardoso Neves, Artur Noemio Grynbaum, Maria Letícia de Freitas Costa, Paulo Antunes Veras, Pedro de Godoy Bueno e ausência justificada de Sérgio Augusto Guerra de Resende. Belo Horizonte, 20 de setembro de 2024. Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira - **Secretária.**

NEGÓCIOS



O Grupo Valence representa 12 marcas globais: Jeep, RAM e seis no segmento de motocicletas, Dafra, Ducati, Kawasaki, KTM, Royal Enfield e Yamaha FOTO: DIVULGAÇÃO / VALENCE

Grupo Valence fortalece vertical mineração

MINEIRIDADE **Para atender à demanda, empresa passa a representar com exclusividade a Getman em todo o País, marca norte-americana fornecedora global de equipamentos móveis**

DANIELA MACIEL

Caminhando com firmeza para as três décadas de serviços prestados, o Grupo Valence, criado em 1997, em Belo Horizonte, tem na diversificação do portfólio, capaz de atender setores diversos como agro, construção civil e mineração, além da venda de carros e motos, uma de suas principais características.

O pioneirismo das parcerias com marcas globais foi encarado por concorrentes e até amigos, muitas vezes, como uma ousadia atípica ao estilo mineiro. De acordo com o diretor-executivo do Grupo Valence, Guilherme Fonseca, porém, nada tradicional na mineiridade do que a coragem para desbravar novos territórios e oportunidades.

"Pensando nas forças tradicionais da economia de Minas, temos na mineração e na agricultura, duas atividades que, historicamente, exigem um espírito desbravador e desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias. A nossa mineiridade aparece no jeito de conversar. Nosso negócio é a gestão de marcas de diversos países e culturas. O nosso propósito é a melhor experiência para todos - marcas, Valence e clientes. Vamos com o jeitinho mineiro, criando relações boas e duradouras, servindo pão de queijo e cafezinho. Os valores da família estão muito dentro da operação", afirma Fonseca.

E é com esses predicados que o Grupo Valence e suas 24 unidades espalhadas pelos estados de Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, além de Minas Gerais, chegam à série Mineiridade.

Para fortalecer o atendimento ao setor de mineração, o Grupo Valence agora representa com exclusividade a Getman em todo o País. A marca norte-americana é um fornecedor global de equipamentos móveis, com mais de 70 anos de experiência em soluções focadas para a indústria de mineração subterrânea. Presentes em seis continentes, a Getman produz seus próprios equipamentos e é referência mundial em produtos para suporte terrestre, com destaque para o Scaler (imprescindível no saneamento das minas), carregadores de explosivos, transporte de materiais e suporte à produção.

A decisão está baseada nos bons números da mineração brasileira nos últimos anos e na perspectiva de aumento acentuado na demanda por minerais para a transição energética global. Dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) revelam um faturamento de R$ 68 bilhões no primeiro trimestre de 2024, marcando um crescimento robusto de 25% em comparação com o mesmo intervalo do ano passado. Pensando no futuro, o setor mineral brasileiro planeja investir US$ 64,5 bilhões no período de 2024 a 2028, com foco em projetos socioambientais e minerais críticos para a transição energética.

"A Getman casa com o nosso conceito porque é um equipamento de primeiríssima linha – um pouco mais caro, mas que entrega resultados. Gostamos desse tipo de marca. Esse trabalho é em um nicho que estava um pouco abandonado no Brasil. Vamos iniciar ainda em 2024 e no ano que vem vamos construir um portfólio robusto", pontua.

Atualmente, o Grupo Valence representa 12 marcas globais: Jeep, RAM e seis marcas renomadas de motocicletas, Dafra, Ducati, Kawasaki, KTM, Royal Enfield e Yamaha. No negócio de Máquinas, distribui equipamentos da BoartLongyear e Getman (para a mineração), JCB (construção) e Massey Ferguson (agronegócio).

A nova parceria e o aumento das vendas das demais verticais devem fazer com que o grupo comece o próximo ano com 600 colaboradores. Um crescimento de 33% em relação a 2022.

"Para sustentar isso tudo, a gente precisou fazer, em paralelo, uma reorganização interna de governança. Então, trocamos sistemas, investimos muito em tecnologia. E para conseguir as pessoas capacitadas, não basta treinar, a gente tem que formar. Então, desenvolvemos alguns programas de formações específicas. Temos um trabalho com o Colégio Santo Agostinho e fizemos parcerias em algumas instituições no Morro das Pedras, próximo à sede, para captar essa mão de obra de jovens, para dar condição deles se formarem de uma maneira adequada e terem um primeiro emprego ou uma condição digna de trabalho", explica.


Guilherme Fonseca: o Grupo Valence é uma empresa familiar com gestão profissional. Foi dessa história que veio a experiência com o varejo FOTO: DIVULGAÇÃO / VALENCE

Família produzia refrigerantes

O "jeitin" mineiro do Grupo Valence começa, porém, muito antes de atender os setores de construção civil e mineração ou, mesmo, de atuar como concessionária. 30 anos antes, o negócio da família Gonçalves era produzir refrigerantes.

Donos das fábricas da Coca-Cola em Minas, eles sentiam grande dificuldade em vender para bares que eram "patrocinados" pelas cervejarias da época. A salvação era criar uma cerveja, mas a ideia não agradou à multinacional. Apesar disso, os sócios seguiram em frente e inauguraram, no início da década de 1980, a cervejaria Kaiser.

O sucesso foi imediato e logo reconhecido pela matriz. Em quatro meses, a Coca-Cola conseguiu elevar sua participação no mercado de 15% para 48% e outras engarrafadoras da empresa no País queriam a Kaiser.

Pouco tempo depois a Coca-Cola decidiu comprar de volta os parceiros locais e a família se voltou para o segmento de concessionárias, dando origem ao Grupo Valence.

"O Grupo Valence é uma empresa familiar com gestão profissional, mas sempre familiar. Foi dessa história que veio a experiência com o varejo. No momento da venda da Coca-Cola, essa parte da família partiu para o ramo automotivo por predileção. Veio a primeira concessão da Chrysler, em 1997, que se chamava US Car, ainda não se chamava Valence. Logo na sequência, nos tornamos os primeiros revendedores da Renault no Brasil e o maior em Minas por muito tempo. Foi então que surgiu o nome Valence, que é uma cidade na França. Outros negócios foram surgindo e, em 2006, começamos com as máquinas de construção, chamadas Linha Amarela. Tivemos vários outros negócios que entraram e saíram, até chegarmos, hoje, a 12 marcas globais que a gente representa para o cliente brasileiro e, principalmente, para o mineiro", completa o diretor-executivo do Grupo Valence, Guilherme Fonseca. **(DM)**

PROJETO PRESERVA



JULIANA PERDIGÃO

Diretora do Projeto Preserva, plataforma com foco em meio ambiente e cultura. Jornalista e doutora em Ciência da Informação pela UFMG.

Enfrentar os extremos climáticos é, também, salvar a arte brasileira e os modos de existir

Das áreas alagadas da Amazônia às veredas quase extintas de Minas Gerais, o buriti espalha vida, alimento e vira arte. Tudo se aproveita nessa palmeira. Até a palha e as fibras das folhas são trançadas e se transformam em cestarias e tapetes. Essa matéria-prima, no entanto, está em falta por causa da seca e dos incêndios. Os buritizais dependem dos terrenos alagados, ameaçados agora pelo fogo, mas, antes, pelo desmatamento e pela expansão agrícola.

A produção de arte brasileira é fundamentada nos biomas, lembra Rafael Alves, que é curador e lida com artistas de todo o País. Ele diz que a seca extrema já compromete tanto a produção quanto as entregas das peças.

"O escoamento da produção dos artistas do Norte do país já está afetado. As peças de comunidades ribeirinhas do Rio Negro, por exemplo, não podem ser entregues porque os rios estão baixos."

A seca e as altas temperaturas trazem problemas também para os ceramistas. O ar seco está interferindo no processo de produção, me contou o artista Ulisses Mendes, de Itinga, no Vale do Jequitinhonha. Reconhecido como mestre nesse ofício, Ulisses transporta para o barro os personagens do Vale, retrata o cotidiano, a vida e o trabalho.

"A etapa mais caprichada e minuciosa de cada peça precisa da umidade e o barro não pode secar antes que a gente termine todos os traços. O acabamento não fica bom. Agora, com esse ar seco, eu preciso cobrir a parte da peça que não estou modelando, senão, perco todo o trabalho."

Já a produção de cestaria com taquara está diminuindo porque o terreno que era dedicado ao bambu deu lugar à monocultura ou a pastagens.

Em Pirapora, a arte das carrancas e os saberes ligados ao rio, como a pesca e a navegação, adormecem à espera das águas do rio São Francisco. A seca e o assoreamento fizeram o nível do rio baixar ainda mais. A imagem mais forte dessa cultura em suspensão é a do Vapor Benjamim Guimarães em terra firme, às margens do rio, à espera do fim da restauração.

Quando viajei mais de 6 mil km em Minas Gerais, mostrando os Saberes Ancestrais pelo Projeto Preserva, percebi como esses conhecimentos estão conectados aos ecossistemas. Nas encostas da Serra do Espinhaço, comunidades de 15 cidades no entorno de Diamantina se identificam como apanhadores de Sempre-Viva.

É preciso lembrar que esse sistema de agricultura tradicional é o primeiro do Brasil a ser reconhecido como Patrimônio Agrícola Mundial pela ONU. Mas essa herança cultural está ameaçada pelo avanço da mineração e da monocultura de eucalipto.

Os biomas fornecem as fibras, as texturas, as cores, a argila e a madeira que ganham forma nas mãos dos artistas, mas não se trata apenas disso. A vivência nesses espaços também molda as formas de sentir, os modos de ser, de existir. A natureza, nesse caso, não é mera fonte de recursos para o fazer da arte: ela dá sentido e poesia à vida de quem habita seus territórios. %



Ambiente "Living Galeria" foi projetado pela arquiteta ubaense Maikyanne Sudré, e pensado especialmente para o evento FOTO: MAIKYANNE SUDRÉ

Polo de Ubá comemora resultados na CASACOR

% MÓVEIS Iniciativa é parte do programa Idear, desenvolvido pelo Sebrae Minas para impulsionar as pequenas indústrias do setor da Zona da Mata

Promover as empresas e os profissionais do polo moveleiro de Ubá, na Zona da Mata, fortalecendo suas marcas e conectando pessoas e negócios. Esta foi a proposta da participação do polo durante a 29ª edição da CASACOR Minas Gerais, maior mostra de arquitetura, paisagismo, *design* de interiores e arte do Estado.

O evento ocorreu de 26 de julho a 15 de setembro no Espaço 356, em Belo Horizonte, e abrigou 62 ambientes, assinados por 97 profissionais do segmento, sendo o Living Galeria o espaço exclusivo do Sebrae Minas para expor as peças de indústrias do polo de Ubá.

O ambiente foi projetado pela arquiteta ubaense Maikyanne Sudré, e pensado especialmente para o evento. Nele, estavam expostas 10 peças desenvolvidas por cinco *designers* de produtos da região. Os móveis foram produzidos exclusivamente para a mostra, sob a curadoria do *designer* mineiro Gustavo Greco, por meio do apoio e da mentoria do Sebrae Minas.

O conceito do espaço e dos móveis foi inspirado na história da cidade de Ubá, no interior de Minas Gerais, com suas riquezas e destaques, como a famosa manga Ubá, e

> **"Mostra permitiu aos participantes a comunicação direta com os consumidores, compartilhando a cultura ubaense e o polo moveleiro de Ubá"**
>
> Reginamaria Loures

homenagens ao compositor natural da cidade, Ary Barroso. A analista do Sebrae Minas Reginamaria Loures reforça que "a mostra permitiu aos participantes a comunicação direta com os consumidores, compartilhando a cultura ubaense e o polo moveleiro de Ubá. O evento possibilitou às indústrias captaram novos clientes e acessaram novos mercados", sublinha.

Negócios e parcerias - Uma das indústrias de Ubá participantes da mostra foi a Sparta Móveis, com a Mesa de Centro Aquarela, *design* de Robério Teixeira da Silva. O empresário Luiz Roberto Pereira conta que o maior aprendizado foi a elaboração de produtos diferenciados e de alta qualidade, que resultaram em um novo nicho de mercado. "O evento nos deu grande visibilidade nacional, com clientes de todas as regiões demandando nossas peças. A próxima ação será reestruturar o lançamento de produtos, estratégias comerciais e negociações diferenciadas por regiões, clientes e produtos", explica.

A ubaense Montanha Móveis integrou o Living Galeria com a peça Estante Manga, *design* de Noemi Arruda. A parceria entre a empresa e a profissional foi para além do evento e do móvel exposto, e a ideia é dar continuidade à colaboração. O empresário Lucas Queiroz Montanha conta que a CASACOR foi uma vitrine para inspirar os visitantes por meio de ambientes prontos. "As duas estantes expostas foram vendidas para clientes na própria mostra. Além disso, o evento nos rendeu mais visualizações e movimentos nas redes sociais", explica.

A CASACOR Minas Gerais também ajudou a unir os empresários participantes, fomentando o potencial criativo do polo moveleiro de Ubá. Agora, parte do grupo vai participar de outra iniciativa do Sebrae em Ubá, com atividades que envolvem a preparação para a 4ª Mostra de Móveis de Ubá, que ocorre entre 20 e 23 de janeiro de 2025, além de consultorias para controle e melhoria de processos na indústria. %

% RECONHECIMENTO

Bruno Ferrari entre os mais influentes

Bruno Ferrari, fundador e CEO da Oncoclínicas&Co, é destaque na renomada lista das 500 pessoas mais influentes da América Latina e Caribe, elaborada pela Bloomberg Línea. Reconhecido por sua liderança e inovação, a empresa se tornou referência em um dos setores de saúde que mais cresce, consolidando-se como líder em oncologia.

Em sua quarta edição, a lista da Bloomberg Línea reconhece líderes que causam impacto significativo, destacando-se em economia, negócios, mercado de capitais e outros setores. A edição de 2024 marcou a primeira vez que Ferrari foi citado, refletindo seu protagonismo no avanço da oncologia e sua contribuição para o desenvolvimento da saúde no Brasil, país com a maior economia da região.

A liderança de Bruno Ferrari é marcada pela rápida expansão da Oncoclínicas, fundada por ele em 2010, inspirada nos modelos de clínicas e hospitais especializados nos Estados Unidos. Desde o princípio, a companhia assumiu o propósito de vencer o câncer integrando tratamentos modernos com abordagens inovadoras, além de investir em pesquisa e desenvolvimento em parceria com renomadas instituições internacionais.

Após o IPO de 2021, que movimentou R$ 2,7 bilhões, Ferrari assumiu o cargo de CEO, sendo reconhecido por sua visão disruptiva e compromisso com a excelência médica, colocando o paciente no centro de tudo e promovendo a democratização do tratamento oncológico. %



Bruno Ferrari é reconhecido por posicionar a companhia como a maior rede privada de oncologia da região FOTO: DIVULGAÇÃO / ONCOCLÍNICAS

Fórum discute caminhos para o crescimento sustentável

GESTÃO Especialistas enfatizam o papel da tecnologia, administração eficiente e o potencial do Brasil no cenário global. Evento também aborda estratégias para impulsionar a produtividade

DANIELA MACIEL

Termina hoje, no *campus* da Fundação Dom Cabral (FDC), em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), o 9º Fórum Anual das Empresas Médias, com o tema "Produtividade: Caminhos para impulsionar e sustentar o crescimento da sua empresa".

A programação foi composta por estudos, análises, *cases* de sucesso e caminhos para alavancar e sustentar a produtividade dessas empresas, apresentados por acadêmicos e especialistas de mercado. As médias empresas brasileiras para a FDC são as organizações com faturamento entre R$ 4,8 milhões e R$ 300 milhões, que são responsáveis por 18,62% de todos os empregos no País e por 25,14% de todos os salários pagos.

De acordo com o coordenador do Centro de Inteligência de Médias Empresas da FDC (FDC Médias Empresas), Mauro Oliveira, via de regra, os empresários de médias empresas estão ainda muito envolvidos com a parte operacional do negócio e, por isso, têm pouco tempo para se dedicar à construção de estratégias. Por isso, eventos como o Fórum e iniciativas como o FDC Médias Empresas são tão importantes.

"A FDC sempre trabalhou com as médias empresas e, especialmente a partir do Paex (Programa Parceiros para a Excelência), que completou 32 anos, nós desenhamos o planejamento estratégico delas e depois ajudamos na execução. Ajudamos porque, muitas vezes, o empresário está ali atuando em várias áreas da empresa e não têm uma visão estratégica para implementar um plano de médio e longo prazo sem um suporte para não deixar que ele gaste energia em áreas que não são tão importantes e deixe de investir onde é", explica Oliveira.

Para o professor da FDC e ex-presidente do New Development Bank (NDB), Marcos Troyjo, vivemos em um mundo "policrítico", em que as questões geopolíticas, as mudanças climáticas, o crescente risco sanitário e o risco de uma estagflação generalizada, afetam sobremaneira as médias empresas. Esse cenário, porém, segundo ele, pode também abrir muitas oportunidades para elas, especialmente no Brasil. A posição do País como um dos maiores produtores de alimentos do mundo e dono de uma matriz energética considerada como uma das mais limpas do planeta, dá ao Brasil uma série de vantagens competitivas. O professor ministrou a concorrida palestra "Cenários Políticos e Econômicos Brasil e Mundo".



O 9º Fórum Anual das Empresas Médias acontece na Fundação Dom Cabral (FDC), em Nova Lima FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / DANIELA MACIEL

"Em um mundo de múltiplas crises, precisamos entendê-las como um momento que está entre o velho que ainda não morreu e o novo que ainda não nasceu. Mas esse é também o momento para estender as certezas e encontrar as oportunidades. Teremos, por exemplo, um incremento de 2 bilhões na população mundial nos próximos 25 anos, em que pese o encolhimento da população na Europa Ocidental, Estados Unidos e países como o Brasil. Essas pessoas precisarão de alimentos e o Brasil é um dos maiores produtores. E temos, perante os nossos principais competidores um grande diferencial: disponibilidade de água. Outro ponto é a migração das cadeias de suprimentos em busca de ambientes sem conflitos geopolíticos e com uma regulamentação que dê segurança aos investidores. Mais uma vez o Brasil pode se apresentar como um país que oferece essas condições", exemplifica Troyjo.

O Fórum também contou com a apresentação dos resultados do "Estudo de Produtividade das Médias Empresas Brasileiras". Os resultados revelam que a falta de mão de obra qualificada é um desafio para as indústrias (85%) e que a falta de capital próprio para investimento é uma barreira para o aumento da produtividade no setor do comércio (58%). Além disso, verificou-se que a tecnologia, fator que alavanca fortemente a produtividade, ainda recebe investimentos relativamente baixos das médias empresas prestadoras de serviços (apenas 6,6% do seu faturamento).

"Esse estudo parte de três pilares: ganho de produtividade, investimento em pessoas, processos e tecnologia, todos alicerçados por uma boa gestão. Você pode ter pessoas qualificadas, tecnologia e processos bem definidos, mas se você não tiver gestão para amarrar tudo isso e transformar em resultado, o risco de fracasso cresce", pontua o coordenador do FDC Médias Empresas.

> **"Em um mundo de múltiplas crises, precisamos entendê-las como um momento que está entre o velho que ainda não morreu e o novo que ainda não nasceu"**
>
> Marcos Troyjo

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

"Amazon" das licitações democratiza processos

A Licitar Digital, plataforma *on-line* que conecta órgãos públicos, fornecedores e cidadãos, surge como uma resposta a estas ineficiências - principalmente depois das novas diretrizes da Lei nº 14.133/21, em vigor desde o começo do ano.

Impulsionada pela transparência e pela participação ativa de todos os envolvidos, a missão da empresa é simplificar e democratizar processos licitatórios no Brasil.

Misael Soares, CTO e cofundador da Licitar Digital, destacou os resultados alcançados até o momento: "Realizamos mais de 32 mil processos licitatórios em três anos, com um total de contratos firmados que ultrapassam R$ 33 bilhões. Nosso sistema permite que, em média, os processos sejam concluídos em apenas 12 dias, muito abaixo dos 90 a 120 dias tradicionais."

O poder público e os prestadores de serviço e/ou produtos já conferem benefícios econômicos pela escolha da plataforma, contribuindo inclusive, à agenda ESG do País. "Nossa plataforma já gerou uma economia de mais de R$ 33 bilhões aos cofres públicos, conectando mais de 1.400 entes públicos cadastrados a uma rede de fornecedores qualificados", acrescentou Misael Soares.

Primeiro *marketplace* de licitações - O primeiro edital de um *marketplace* verdadeiro em licitações foi publicado pela Licitar Digital no último dia 6 de setembro.

Com inspirações em plataformas de *e-commerce*, como a Amazon e Mercado Livre, o *marketplace* da Licitar Digital não é uma modalidade de licitação, e sim uma experiência de compra para o cliente, operando por meio de procedimentos auxiliares tais como credenciamento e pré-qualificação, previstos na Lei nº 14.133/2021.

O *marketplace* permite à administração pública formar um cadastro de fornecedores qualificados a fornecer produtos e serviços, permitindo que entidades públicas possam adquiri-los conforme sua necessidade por meio de um único clique.

Isso significa que, após a aprovação inicial, os órgãos podem realizar novas compras de forma rápida e sem a necessidade de iniciar o processo licitatório novamente.

Essa solução é ainda mais vantajosa para produtos de preços muito voláteis, como medicamentos, passagens aéreas e combustíveis, garantindo previsibilidade financeira para os gestores públicos. Com um simples clique, compras adicionais podem ser feitas dentro desse prazo estipulado, economizando tempo e evitando a espera de 90 a 120 dias típica das licitações tradicionais.

Este primeiro edital de *marketplace* foi realizado pelo consórcio de municípios Cisrec com o objetivo de adquirir medicamentos e material médico hospitalar para abastecer municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Passo a passo:

1. Publicação do edital: o ente público identifica que está precisando de um produto ou serviço e publica edital com informações na plataforma da Licitar Digital.

2. Fornecedor se credencia/pré-qualifica para o edital: empresas interessadas em participar do edital se cadastram na plataforma e enviam os documentos solicitados.

3. Ente público habilita o fornecedor: o órgão público que abriu o edital analisa os documentos dos fornecedores credenciados. Para participar de licitações específicas, as empresas devem atender a requisitos predefinidos, como apresentar certidões negativas, comprovação de capacidade técnica, entre outros documentos.

4. Emissão de aviso de compra: é realizada a liberação da emissão de compra pela plataforma.

5. Fornecedores atualizam o preço, se aplicável: diferente de outros procedimentos licitatórios, no *marketplace* da Licitar Digital, é possível adquirir bens e serviços por até 1º ano depois do processo aprovado. Os fornecedores poderão alterar seus preços durante todo o período de vigência do edital. Porém, o critério decisório continuará sendo o de menor valor da data do fechamento.

6. Entidade compra do menor preço do dia

7. Pagamento: na modalidade de *marketplace* da Licitar Digital, o pagamento acontece mais rápido que as licitações por outras categorias - que podem demorar mais que 60 dias para efetivação do pagamento.

8. Fornecedor entrega



SUSTENTABILIDADE

Crédito de carbono pode ser solução socioeconômica

CLIMA Além de beneficiar o meio ambiente, sistema pode alavancar crescimento brasileiro

LEONARDO MORAIS

O mercado de crédito de carbono tem se destacado como uma das principais soluções no combate às mudanças climáticas e na promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil. Além de beneficiar o meio ambiente, este sistema pode se tornar uma importante alavanca para o crescimento socioeconômico brasileiro, gerando emprego, renda e empoderando comunidades.

Na prática, o objetivo é capturar os custos externos das emissões de gases de efeito estufa, estimulando a redução e onerando os responsáveis pela mudança do clima. Os créditos coletados podem gerar receitas consideráveis para que as instituições governamentais invistam em iniciativas voltadas para o desenvolvimento social e ambiental.

Novos projetos de reflorestamento, conservação de biomas, fortalecimento de comunidades e práticas agrícolas sustentáveis estão entre as principais alternativas. Elas não apenas reforçam o benefício da ação, como também podem ser capazes de gerar novas fontes de receita para o País.

Segundo a gerente sênior da consultoria PwC Strategy&, Bruna Dias, o mercado de carbono é uma tendência global e precificá-lo é importante para viabilizar alternativas em descarbonização. No Brasil, a especialista e autora do estudo "Cenários de descarbonização: oportunidades e incertezas da precificação de carbono" cita que o mercado está se desenhando para abarcar as indústrias, dado que as emissões agropecuárias foram excluídas pela complexidade de monitoramento e reporte.

Entretanto, ela reforça que os primeiros passos precisam ser cautelosos para que a estratégia incentive a competitividade e não apenas se torne mais um custo para a indústria. "A indústria brasileira passa por muitos desafios com intensa pressão externa. Se o mercado de carbono não pensar nisso, iremos sufocar o setor", avalia.



Entre as alterantivas estão reflorestamento, conservação de biomas e práticas agrícolas sustentáveis FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

A partir deste olhar, a especialista argumenta que o melhor caminho pode não estar na redução de emissões industriais, mas na intensidade delas. Com isso, passa a ser analisada a quantidade de emissões geradas por unidade de produção a fim de torná-la mais eficiente, levando a resultados ambientalmente positivos ao mesmo tempo em que operem e cresçam de forma sustentável.

Além da competitividade, Bruna Dias ressalta que o Brasil precisa se inspirar em ações bem-sucedidas na Europa para elaborar mecanismos de proteção para que produtos importados também sejam precificados. "Se algum produto de um setor precificado no Brasil for importado, o País de origem precisa pagar o mesmo preço de carbono que a indústria nacional", pontua.

> **"Minas já conta com regras para biocombustíveis e energia renovável, e pode despontar na energia a partir da biomassa, além da matriz solar, onde já se destaca"**
> Bruna Dias

MG tem vocação para protagonizar descarbonização

Apesar dos desafios, o Brasil é considerado um dos potenciais protagonistas no mercado de crédito de carbono dado às vastas oportunidades no campo da transição energética. Para Bruna Dias, o mercado nacional pode ser um vetor de descarbonização e um dos maiores exportadores de produtos.

Para concretizar essas projeções, o Projeto de Lei 412/2022, que cria o Sistema Brasileiro do Comércio de Emissões (SBCE) e regulamenta o mercado de carbono já está em andamento. A expectativa é que em 5 anos o País esteja com o mercado em pleno funcionamento.

Enquanto isso, alguns estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, contam com políticas diferenciadas para a descarbonização. Através de sistemas de monitoramento e verificação, as indústrias conseguem relatar as emissões, permitindo maior controle e precisão de dados.

Em relação a Minas Gerais, a especialista ressalta que, apesar de ainda não contar com mecanismos de monitoramento, o Estado tem vocação para se tornar um dos maiores protagonistas do Brasil.

"Cada estado precisa olhar para suas vocações. Minas já conta com regras para biocombustíveis e energia renovável, e pode despontar na energia a partir da biomassa, além da matriz solar, onde já se destaca", avalia.

Para os próximos anos, a expectativa é de avanços relevantes, principalmente em instrumentos de precificação de, como mercados e taxas. "Esperamos que a movimentação financeira dos instrumentos de precificação de carbono continue a crescer, mas isso depende de variáveis como o avanço das regulações globais, da tecnologia, do comprometimento do setor privado e dos preços", diz.

Em relação ao futuro potencial do Brasil e de Minas Gerais, a especialista comenta que diversos setores podem ser impactados positivamente direta ou indiretamente, resultando até em efeitos positivos no PIB. "Ações para a preparação para o novo contexto regulatório de baixo carbono, buscando oportunidades para inovar seus modelos de negócios e investir em novas tecnologias são urgente". **(LM)**

SANEAMENTO

Copasa se destaca por projetos e ações ESG



A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) está entre as 100 empresas do País que se destacam nas áreas ambiental, social e de governança, segundo a edição 2024 do Anuário Integridade ESG divulgada neste mês. A companhia ocupa a 78ª posição com melhor desempenho. Outras empresas de saneamento também aparecem: Sabesp, Sanepar, BRK Ambiental Aegea e Compesa.

Segundo a empresa, a Agenda ESG colabora na aceleração dos processos de gestão e de operação, definindo a priorização e a inclusão dos compromissos ESG no modelo de negócio da companhia, e centrado no cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a geração de retorno financeiro competitivo, a mitigação dos riscos e a constante adequação das operações e dos relacionamentos às oportunidades ambientais, sociais e de governança corporativa. Além disso, abrange os compromissos da companhia com a proteção das águas, relacionamento com cliente, saúde e segurança do trabalho, equidade de gênero, *compliance* e proteção dos direitos das crianças e adolescentes (gerações futuras).

Por isso, a atuação da empresa está alinhada ao Movimento Minas 2032 (MM 2032) – pela transformação global. Liderada pelo Diário do Comércio, iniciativa que propõe uma discussão sobre um modelo de produção duradouro e inclusivo, capaz de ser sustentável.

A estatal diz que aposta na transformação da vida das pessoas e melhoria nas condições socioeconômicas e ambientais por meio do saneamento. Entre os projetos, a empresa destaca o Pró-Mananciais, que promove a proteção, preservação e recuperação de microbacias hidrográficas e de áreas de recarga dos aquíferos utilizados pela Copasa para o abastecimento público, bem como a diminuir as emissões de gases de efeito estufa.

O Programa Engajar para Transformar tem como principal objetivo assegurar uma atuação social sustentável e que agregue valor ao negócio da companhia. Para isso, a iniciativa estabelece as diretrizes do relacionamento da Copasa com a comunidade, com foco do cliente, e apresenta uma metodologia que estabelece presença, diálogo e afinidade com as comunidades locais. As equipes do Engajar para Transformar atuam em mobilizações sociais para conscientizar as pessoas sobre os benefícios socioeconômicos e ambientais do saneamento e a importância da conexão e uso adequado das redes de saneamento.

Outros destaques são o Programa de Mentoria Feminina, que tem como objetivo encorajar e preparar mulheres que integram os quadros da Copasa para construírem suas trajetórias profissionais e evoluir em suas carreiras; o Programa Confia em 6%, que tem o propósito de incentivar a participação cidadã dos colaboradores da Copasa a transformar parte do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), declarado anualmente, em auxílio para milhares de crianças e adolescentes nos municípios em que a Companhia opera.

Também o Programa Acidente Zero consiste num conjunto de projetos e ações para a consolidação de uma cultura pautada pelo comportamento seguro, pela disciplina operacional e pela fiscalização das condições de segurança.

O Programa Voluntários da Copasa reforça os talentos internos e parcerias estratégicas para promover ações estratégicas que resultam em benefícios para a Copasa e a comunidade, potencializando a obtenção da Licença Social para Operar.



Anatel adota medidas para evitar golpes e fraudes em ligações

TELECOMUNICAÇÕES Operadoras deverão proibir o uso de múltiplos números aleatórios

Brasília - A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) determinou ontem um conjunto de medidas às prestadoras de serviços de telecomunicações com o objetivo de impedir o uso de ligações telefônicas para aplicação de golpes e fraudes.

A agência reguladora esclarece que as medidas determinadas pretendem garantir a transparência e a rastreabilidade das ligações telefônicas e correspondem a uma resposta à atualização de métodos usados por fraudadores e ações complementares a outras disposições já implementadas pela Anatel e em andamento.

A realização de novas etapas de verificação das chamadas está entre as providências que devem ser tomadas pelas empresas. As operadoras também deverão proibir o uso de múltiplos números aleatórios para chamadas realizadas a partir de uma mesma origem. A prática tem dificultado a identificação de quem está ligando e, consequentemente, prejudica o bloqueio de chamadas indesejadas ou fraudulentas, no telefone do consumidor, se este desejar. De acordo com a Anatel, esta prática é adotada pelo mercado de telesserviços.

A Anatel definiu ainda a criação de um canal para centralizar o recebimento de denúncias de instituições financeiras sobre números utilizados para o cometimento de golpes e fraudes. A partir dessas notificações, cada operadora deverá usar as informações para identificar o usuário e a prestadora de origem das chamadas, bloquear o acesso do usuário às redes de telefonia e acionar as autoridades de segurança pública.

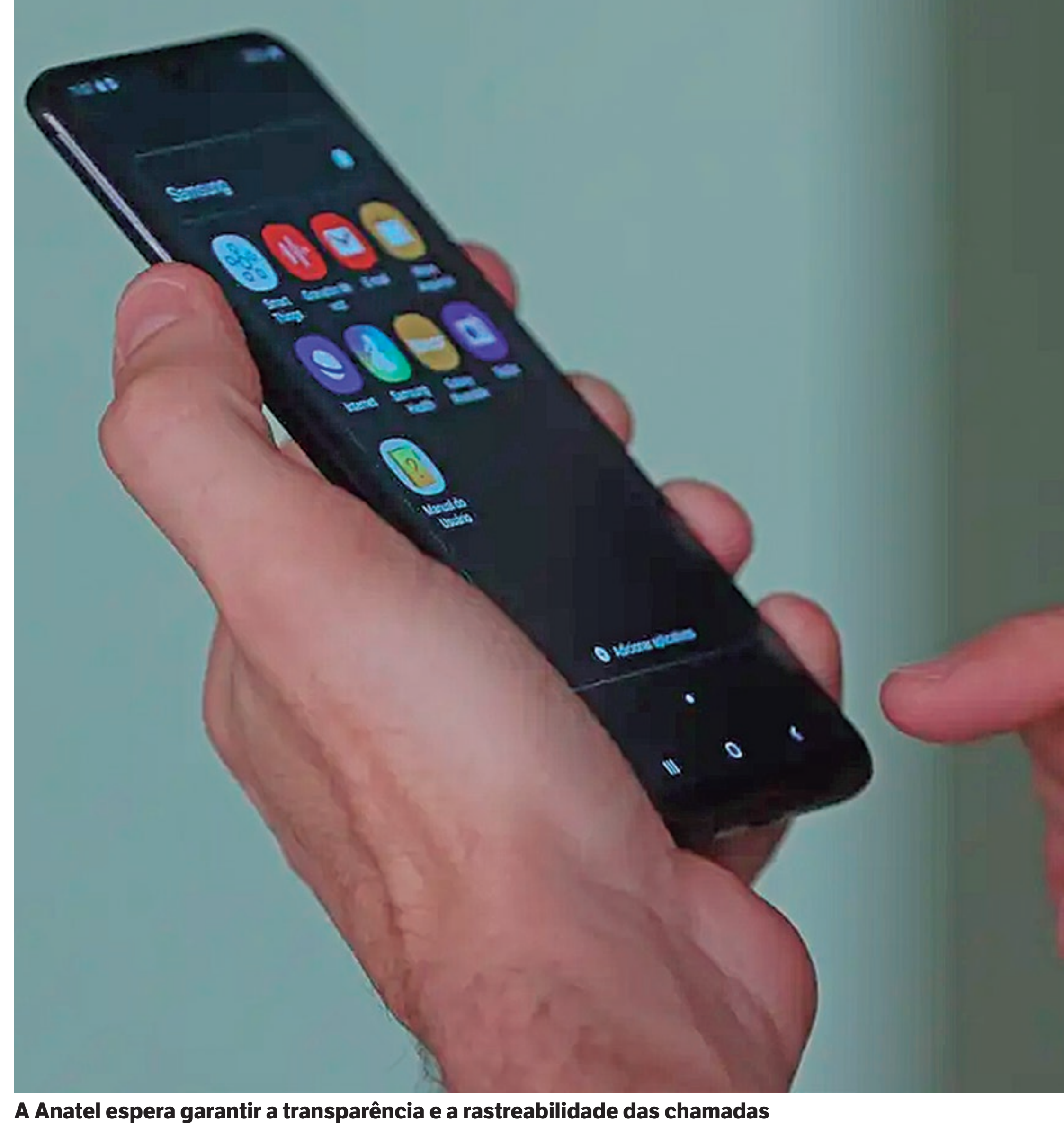
O descumprimento das medidas estabelecidas pela Anatel poderá resultar na aplicação de multas de até R$ 50 milhões ou até mesmo na extinção da autorização para prestação de serviço de telecomunicações da operadora que for considerada conivente com as práticas criminosas.

Bloqueio - Especificamente sobre ligações de *telemarketing* ativo, as principais prestadoras de serviços de telecomunicações criaram a plataforma Não Me Perturbe. Com a autorização da Anatel, desde 2022, o sistema possibilita que os consumidores que não desejam receber este tipo de ligação telefônica se cadastrem gratuitamente na Lista Nacional de Não Perturbe.

Em até 30 dias após o pedido de cadastramento, o consumidor não receberá mais ligações para a oferta de serviços de telefonia fixa, telefonia móvel, banda larga e TV por assinatura das prestadoras e serviços de telecomunicações participantes. Os bloqueios também podem ser para promoção de vendas e serviços por meio de contato telefônico de empréstimo consignado e cartão de crédito consignado, por parte de instituições financeiras participantes.

No caso de instituições financeiras, o bloqueio de ligações não se aplica à realização de cobrança de débitos, oferta de refinanciamento de dívidas, solicitação de portabilidade de serviços, confirmação de dados, prevenção a fraudes.

Além do *site*, o Não Me Perturbe está disponível em aplicativo para smartphones, que pode ser baixado gratuitamente em lojas virtuais. O usuário pode efetuar o bloqueio diretamente no próprio celular para não receber ligações de telemarketing de empresas. **(ABr)**



A Anatel espera garantir a transparência e a rastreabilidade das chamadas telefônicas em todas as operadoras de telefonia FOTO: TÂNIA RÊGO / AGÊNCIA BRASIL

> **"O descumprimento das medidas poderá resultar na aplicação de multas de até R$ 50 milhões ou até mesmo na extinção da autorização para prestação de serviço da operadora"**

IMPOSTO DE RENDA

Restituição terá lote residual em outubro

São Paulo - Contribuintes que caíram na malha fina do Imposto de Renda 2024 e de anos anteriores têm chances de receber a restituição ainda neste ano, caso corrijam os erros na declaração e enviem novo documento à Receita Federal.

O fisco tem um calendário de lotes residuais, que começa em outubro e vai até dezembro de 2025. A consulta ao último lote oficial de 2024 foi aberta ontem. O pagamento dos valores cai na conta no próximo dia 30.

O contribuinte que entrega a declaração na data estipulada e não comete nenhum erro entra nos lotes habituais, de maio a setembro. Já quem cai na malha fina por inconsistências da declaração só consegue a restituição após enviar a declaração retificadora.

Neste caso, o pagamento é feito nos lotes residuais, que também são cinco. Os atrasados do IR entram nos lotes residuais dependendo da data de entrega da declaração. Neste caso, pagam multa por atraso.

Quando o fisco processa o IR e não encontra mais pendências, há o agendamento do pagamento dos valores a quem tem direito de restituir, conforme o total a receber, a data em que entregou o imposto e a quantia disponibilizada pelo governo federal. O dinheiro cai na conta informada na declaração.

Quem cai na malha fina precisa enviar uma declaração retificadora corrigindo o erro. O prazo para fazer isso sem que haja penalidades é de até cinco anos. No entanto, enquanto não entregar o IR sem pendências o contribuinte não recebe a restituição.

Para fazer a retificadora, é preciso ter consigo o número do recibo da declaração original que foi entregue. É possível alterar os dados durante cinco anos, desde que o documento não esteja sob fiscalização da Receita.

A retificação do IR é ser feita no programa gerador do Imposto de Renda no computador, no aplicativo Meu Imposto de Renda para celular ou *tablet*, ou no e-CAC, que é o Centro de Atendimento Virtual da Receita Federal.

A principal dica da Receita Federal para quem vai retificar é não se esquecer de usar o programa do ano da declaração que precisa ser corrigida, neste caso, o de 2024. Caso faça a retificação pelo e-CAC ou no celular, é preciso selecionar o ano correto.

O contribuinte que envia uma retificadora vai para o fim da fila. Caso esteja na lista de pessoas prioritárias, tem direito de receber antes a restituição, conforme a ordem de pagamento da Receita. **(Cristiane Gercina/ Folhapress)**

CURTAS

Compartilhamento de torres

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), restabeleceu os efeitos de norma que obriga empresas de telecomunicação a compartilhar torres transmissoras. A decisão foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7708. A ação foi proposta pela Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações (Abrintel) contra dispositivo da Lei 14.173/2021 que havia revogado a obrigatoriedade de compartilhamento, prevista na Lei 11.934/2009. Ao conceder a liminar, Flávio Dino verificou que a Lei 14.173/2021 resultou de projeto de lei de conversão de uma medida provisória que tratava da desoneração tributária dos serviços de banda larga por satélite. Segundo o ministro, o dispositivo que eliminou o compartilhamento foi inserido por meio de emenda parlamentar, e esse tema não tem relação com o tema de tributação.

Atualização do valor de imóveis

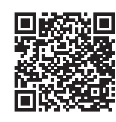
Foi sancionada pelo governo federal a Lei 14.973, de 16 de setembro de 2024, que traz novidades para o tratamento de bens imóveis no Imposto de Renda (IR) tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas. Dentre os diversos capítulos e disposições, o capítulo II é especialmente relevante, pois trata da atualização dos valores desses bens e os impactos diretos sobre a tributação. Ele corrige distorções no valor dos imóveis declarados no IR, cujos preços, muitas vezes, permaneciam desatualizados por longos períodos. A atualização do valor dos bens imóveis declarados no IR, pode ser feita de forma voluntária pelos contribuintes e tem como principal objetivo ajustar o valor dos imóveis à realidade de mercado, reduzindo distorções no cálculo de ganhos de capital no momento da venda ou da transferência do bem.

Penhora de aposentadoria

Em recente decisão, o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Fraiburgo, em Santa Catarina, autorizou a penhora de 5% sobre o benefício previdenciário de uma devedora com o objetivo de liquidar uma dívida, acumulada desde 2023, proveniente de um contrato de crédito pessoal firmado entre a executada e a instituição financeira. Após esgotar os meios tradicionais de localização de bens passíveis de penhora, como veículos, imóveis ou saldo bancário, e tendo em vista o suposto caráter impenhorável dos proventos, o juiz Rodrigo Francisco Cozer baseou sua decisão na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que permite a constrição em situações excepcionais, desde que se mantenha a integridade financeira do devedor. O magistrado observou a necessidade de equilibrar a proteção aos devedores e o direito dos credores de receberem seus créditos.

Regularização de bens no exterior

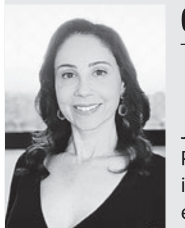
A Receita Federal publicou uma instrução normativa regulamentando o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), conforme previsto na Lei 14.973 de 2024. A medida reabre o prazo de 90 dias para que pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil até 31 de dezembro de 2023 possam regularizar bens e recursos de origem lícita que não foram devidamente declarados, tanto no Brasil quanto no exterior. A regularização abrange dinheiro, investimentos, imóveis, veículos e outros bens, com a necessidade de pagamento de 15% de Imposto de Renda e 15% de multa sobre o valor do tributo. Aqueles que já participaram de edições anteriores do RERCT também podem aderir a esta nova rodada, que oferece uma oportunidade de remissão de créditos tributários relacionados aos ativos regularizados.



FINANÇAS

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

CRISTIANE LEITE



Jornalista. Planejadora financeira. Possui experiência em atendimentos individual e familiar. Pós-graduada em planejamento financeiro e em gestão estratégica da comunicação

Fim de ano sem dívidas

O fim do ano está se aproximando e, com ele, chegam as celebrações, as viagens, os presentes de Natal e as festas. Esse é um período de muita alegria e confraternização, mas também de gastos, que, se não forem bem planejados, podem comprometer o orçamento.

Para evitar que a euforia do momento resulte em dívidas, o segredo é o planejamento. Aqui estão algumas dicas para ajudar você a aproveitar essa época de festas sem prejudicar suas finanças:

Antes de ir às compras, faça uma lista de todas as despesas previstas para o fim do ano, como presentes, festas, viagens e alimentação. Estabeleça um teto máximo de gastos para cada categoria e respeite esse limite. Ao ter uma visão clara do quanto você pode gastar, fica mais fácil evitar compras por impulso e despesas desnecessárias.

Comprar na última hora é um dos maiores inimigos do orçamento. Os preços tendem a subir à medida que as festas se aproximam e a pressa pode levar a escolhas menos conscientes. Pesquise preços, compare lojas e aproveite promoções antecipadas.

O 13º salário é uma excelente oportunidade para reforçar a sua saúde financeira. Em vez de gastar tudo em festas e presentes, use parte desse dinheiro para quitar dívidas ou reforçar a sua reserva de emergência.

Embora o parcelamento pareça uma solução conveniente para compras maiores, ele pode se transformar em uma armadilha financeira. Parcelar compromissos acaba gerando um acúmulo de dívidas. Se possível, prefira pagar à vista.

Adote uma abordagem mais sustentável e econômica para as festas. Em vez de comprar roupas novas ou decorações caras, procure reutilizar o que você já tem. Considere organizar um "amigo secreto" em família ou entre amigos, em vez de comprar presentes para todos.

O mês de janeiro costuma ser um período de altos gastos, com compromissos como matrícula e material escolar, IPVA, IPTU e seguro do carro. Inclua essas despesas no seu planejamento e comece a reservar uma quantia mensal para cobri-las.

O fim de ano é um ótimo momento para refletir sobre suas finanças e estabelecer metas para o próximo ano. Pense nos seus objetivos financeiros: quitar dívidas, aumentar a sua reserva financeira, investir em educação ou realizar um sonho, como uma viagem internacional. Defina metas claras e crie um plano para alcançá-las, começando com passos concretos desde já.

Planejar as finanças para o fim de ano é a chave para evitar dívidas e garantir um início de 2025 tranquilo e equilibrado. Com um pouco de organização, disciplina e escolhas conscientes, é possível aproveitar todas as celebrações sem comprometer o orçamento e começar o novo ano com o pé direito. Lembre-se de que o verdadeiro espírito do Natal e das festas está na união e na celebração com quem amamos e não no quanto gastamos. %

Previsão de alta do PIB do País em 2024 chega a 3%

% BOLETIM FOCUS Analistas do mercado consultados pelo Banco Central projetam que a taxa básica de juros, a Selic, será de 11,5% no dia 31 de dezembro

Brasília - A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,96% para 3%. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

A revisão para cima ocorre após a divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre do ano, que surpreendeu e subiu 1,4% em comparação ao primeiro trimestre. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na comparação com o segundo trimestre de 2023, a alta foi de 3,3%.

Para 2025, a expectativa para o PIB permaneceu em 1,9. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

A previsão de cotação do dólar está em R$ 5,40 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda norte-americana fique em R$ 5,35.

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerada a inflação oficial do País – em 2024 passou de 4,35% para 4,37%. Para 2025, a projeção da inflação ficou em 3,97%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,62% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de inflação, mas ainda dentro de tolerância, que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.



O Copom do BC voltará a se reunir nos dias 5 e 6 de novembro FOTO: MARCELLO CASAL JR / AGÊNCIA BRASIL

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua e, assim, o CMN não precisa mais definir uma meta de inflação a cada ano. O colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em agosto, puxado principalmente pelas quedas de preços em alimentos e despesas com habitação, houve deflação de 0,02% no país, após o IPCA ter registrado inflação de 0,38% em julho. De acordo com o IBGE, em 12 meses, o IPCA acumula 4,24%.

> **"A estimativa do mercado financeiro para a cotação do dólar está em R$ 5,40 no fim deste ano. Já para o encerramento de 2025, a previsão é que a moeda norte-americana fique em R$ 5,35"**

Taxa de juros - Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta recente do dólar e as incertezas em torno da inflação fizeram o colegiado elevar os juros pela primeira vez em mais de dois anos.

A última alta dos juros ocorreu em agosto de 2022, quando a taxa subiu de 13,25% para 13,75% ao ano. Após passar um ano nesse nível, a taxa teve seis cortes de 0,5 ponto e um corte de 0,25 ponto, entre agosto do ano passado e maio deste ano. Nas reuniões de junho e julho, o Copom decidiu manter a taxa em 10,5% ao ano.

A próxima reunião do Copom está marcada para 5 e 6 de novembro, quando os analistas esperam um novo aumento da taxa básica. Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 11,5% ao ano.

Para o fim de 2025, a estimativa é que a taxa básica caia para 10,5% ao ano. Para 2026 e 2027, a previsão é que ela seja reduzida, novamente, para 9,5% ao ano e 9% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica. **(ABr) %**

% CRÉDITO

Consórcios registram um avanço de 13,2%

O mercado de consórcios no Brasil tem mostrado um crescimento expressivo nos últimos anos, consolidando-se como uma alternativa atrativa para aquisição de bens e serviços, especialmente em um cenário econômico desafiador. De janeiro a julho deste ano, o volume de negócios nesse segmento atingiu R$ 201,65 bilhões, com alta de 13,2% em comparação ao mesmo período do ano passado, conforme levantamento da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac).

Para especialistas do setor, o consórcio - modalidade de crédito baseada na união de pessoas, físicas ou jurídicas -, não só tem fortalecido sua base tradicional (automóveis e imóveis), como também expandido sua presença em mercados diversificados, como serviços e bens de consumo. Para a diretora-superintendente da Unicred Central Multirregional, Carolina Ramos, esse aumento expressivo reflete a confiança dos consumidores em modelos de aquisição sem juros, tornando o consórcio uma opção viável em tempos de alta nas taxas de financiamento tradicionais.

"Observamos também que a flexibilidade no pagamento e a segurança jurídica oferecida pelo setor têm ampliado sua atratividade, permitindo aos consorciados uma melhor gestão financeira", afirma.

Segundo Carolina Ramos, o consórcio é uma ferramenta de planejamento financeiro eficaz, especialmente em cenários de incerteza econômica. "É preciso ressaltar que no consórcio não há juros. A taxa de administração tem um valor fixo e que, na verdade, é diluído em todas as parcelas, deixando o produto bastante atrativo para o cooperado", ressalta.

Outra vantagem relacionada à modalidade é a praticidade, de acordo com a especialista. "Contratar um consórcio costuma ser menos burocrático que no financiamento, já que a análise de crédito acontece apenas após a contemplação. Para melhorar, não há a cobrança de entrada, o que costuma acontecer no financiamento", afirma.

Carolina Ramos destaca que a Unicred tem investido em campanhas cada vez mais atrativas para seus cooperados. "O consórcio de imóveis, por exemplo, está com taxa de 11% até o final de outubro, para cartas de R$600 mil a R$1.2 milhão", completa. Sobre os lances, ela explica que são formas estratégicas para acelerar a contemplação em um consórcio, permitindo ao participante antecipar a aquisição do bem.

Opções - Há três modalidades: o Lance Livre, que permite ao consorciado definir o percentual a ser ofertado, limitado ao saldo devedor da cota e às regras do grupo; o Lance Fixo de 25%; e o Lance Fixo de 50%. Nas opções de lances fixos, nossos cooperados concorrem com os demais participantes que ofertaram o percentual exato, seja 25% ou 50%. Em todas as modalidades de lance, é possível utilizar o Lance Embutido, que permite o uso de até 25% do valor da carta de crédito para pagar o lance, sendo esse valor descontado da própria carta.

Carolina Ramos explica também que, nas assembleias mensais, realizadas com base na extração da Loteria Federal, um consorciado é contemplado por sorteio, outro por desistência de cota, e os demais através de lances. %

Prazo para resgatar dinheiro esquecido vai até 16 de outubro

BANCOS Pessoas físicas e representantes legais de empresas fechadas terão ainda mais 30 dias para contestar a transferência de valores do sistema financeiro para os cofres do Tesouro Nacional

> **"Há a possibilidade de pedir a devolução dos valores na Justiça. Para esses casos, a lei estabelece o prazo de seis meses, contados também a partir da publicação do edital do governo"**

São Paulo - Brasileiros que têm dinheiro esquecido no sistema do Banco Central (BC) têm prazo até 16 de outubro para recuperar o valor antes que ele vá para os cofres do Tesouro Nacional, segundo o Ministério da Fazenda.

O prazo de 30 dias para pedir o resgate dos valores começou a contar no dia 16 de setembro, quando foi publicada a lei da desoneração da folha de pagamentos.

Depois desse primeiro prazo, ainda haverá outros 30 dias para contestar a transferência desses valores ao Tesouro Nacional. Esse prazo para a contestação começará a contar no dia em que o governo publicar um edital detalhando onde está o valor esquecido, o número da conta, a agência e a natureza do recurso.

A consulta para saber se você tem dinheiro esquecido é feita no *site* do Sistema de Valores a Receber (SVR). Ainda há R$ 8,5 bilhões esquecidos em bancos, administradoras de consórcios, contas pré-pagas de instituições financeiras e em cooperativas de crédito.

"Apenas após o término desse segundo prazo, e caso não haja manifestação daqueles que tenham direito sobre os depósitos, os valores serão incorporados ao Tesouro Nacional", afirma o ministério em nota.

Caso a contestação não seja aceita, será possível apresentar um recurso ao Conselho Monetário Nacional (CMN) para recuperar o valor. Se o recurso não for aceito, os valores passarão a integrar as contas do Tesouro em definitivo.

O Banco Central e o Ministério da Fazenda não detalharam como e por onde poderá ser feito o pedido de contestação.

Também há a possibilidade de pedir a devolução dos valores na Justiça. Para esses casos, a lei estabelece o prazo de seis meses, também contados a partir da publicação do edital do governo.

O projeto de lei que havia sido aprovado no Congresso dava a possibilidade de as pessoas recuperarem o dinheiro até dezembro de 2027, mas esse trecho foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ter sido considerado conflitante com os outros prazos.

Para consultar os valores de uma pessoa falecida, é necessário que um herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal faça a consulta e preencha um termo de responsabilidade. Após esse processo, é preciso entrar em contato com as instituições que possuem os valores e verificar como prosseguir.

Os passos para a consulta são semelhantes e é preciso ir ao *site* do BC. Também é necessário entrar com a conta gov.br do herdeiro ou sucessor. Dentro do SVR, quando acessar "Meus Valores a Receber", aparecerá o campo "Valores para pessoas falecidas". Clique em "Acessar" e informe o CPF e a data de nascimento da pessoa falecida.



O BC afirma que existem R$ 8,5 bilhões esquecidos em bancos, administradoras de consórcios e cooperativas FOTO: JOSÉ CRUZ / AGÊNCIA BRASIL

CNPJ inativo - O representante legal da empresa fechada pode entrar no sistema com a conta pessoal gov.br, que também deve apresentar nível de segurança prata ou ouro, e assinar um termo de responsabilidade para consultar os valores.

No SVR, será informado em qual instituição estão os valores da empresa com o CNPJ inativo, os dados de contato, a faixa e a origem do valor. Não é possível solicitar o dinheiro de forma direta pelo sistema do BC.

Após encontrar a instituição, o representante legal deve combinar a forma de apresentar a documentação necessária para comprovar sua identidade. **(Júlia Galvão/Folhapress)**

Indicadores Econômicos

Dólar

		23/09/2024	20/09/2024	19/09/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,5340	R$ 5,5210	R$ 5,4240
	VENDA	R$ 5,5340	R$ 5,5210	R$ 5,4240
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,5440	R$ 5,4769	R$ 5,4183
	VENDA	R$ 5,5446	R$ 5,4775	R$ 5,4189
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,5690	R$ 5,5480	R$ 5,4560
	VENDA	R$ 5,7490	R$ 5,7280	R$ 5,6360

Fonte: BC

Inflação

Índices	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	0,29%	2,00%	4,26%
IPC-Fipe	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	0,06%	0,18%	2,12%	3,56%
IGP-DI (FGV)	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	0,83%	0,12%	2,07%	4,23%
INPC-IBGE	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	0,26%	-0,14%	2,80%	3,71%
IPCA-IBGE	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	-0,02%	2,85%	4,24%
IPCA-IPEAD	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	0,55%	-0,25%	5,38%	7,85%

TR/Poupança

15/08 a 15/09	0,0708	0,5712
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722
06/09 a 06/10	0,0682	0,5685
07/09 a 07/10	0,0645	0,5648
08/09 a 08/10	0,0684	0,5687
09/09 a 09/10	0,0722	0,5726
10/09 a 10/10	0,0724	0,5728
11/09 a 11/10	0,0726	0,5730
12/09 a 12/10	0,0730	0,5734
13/09 a 13/10	0,0693	0,5696
14/09 a 14/10	0,0656	0,5659
15/09 a 15/10	0,0694	0,5697
16/09 a 16/10	0,0733	0,5737
17/09 a 17/10	0,0734	0,5738
18/09 a 18/10	0,0737	0,5741
19/09 a 19/10	0,0738	0,5742
20/09 a 20/10	0,0703	0,5707

Ouro

	23/09/2024	20/09/2024	19/09/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.628,44	US$ 2.622,30	US$ 2.586,78
BM&F-SP (g)	R$ 468,63	R$ 461,79	R$ 450,77

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08	0,25
UPC (R$)	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50
Agosto	0,87	10,50

Reservas Internacionais

20/09.. US$ 371.135 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7909	0,8083
COLON/COSTA RICA	35	0,3513	0,3536
COLON/EL SALVADOR	40	0,01062	0,01075
COROA DINAMARQUESA	55	0,8274	0,8275
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04065	0,04071
COROA NORUEGUESA	65	0,5289	0,5292
COROA SUECA	70	0,5441	0,5444
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5093	1,5097
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,796	3,7969
DOLAR/BAHAMAS	155	5,544	5,5446
DOLAR CANADENSE	165	4,1058	4,1065
DOLAR DA GUIANA	170	0,02634	0,02666
DOLAR CAYMAN	190	6,6395	6,7004
DOLAR CINGAPURA	195	4,2963	4,2975
DOLAR HONG KONG	205	0,712	0,7121
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8122	0,8175
DOLAR DOS EUA	220	5,544	5,5446
FORINT/HUNGRIA	345	0,01563	0,01564
FRANCO SUICO	425	6,5416	6,5431
GUARANI/PARAGUAI	450	0,000712	0,0007126
IENE	470	0,03862	0,03862
LIBRA/EGITO	535	0,1138	0,1141
LIBRA ESTERLINA	540	7,4012	7,4026
LIBRA/LIBANO	560	0,0000619	0,000062
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004264	0,0004265
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1729	0,1731
NOVO SOL/PERU	660	1,4715	1,4725
PESO ARGENTINO	665	0,06633	0,06638
PESO CHILE	715	0,006	0,006003
PESO/COLOMBIA	720	0,001335	0,001336
PESO/CUBA	725	0,231	0,231
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09149	0,09256
PESO/FILIPINAS	735	0,09893	0,09898
PESO/MEXICO	741	0,2858	0,2859
PESO/URUGUAIO	745	0,1329	0,133
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7163	0,7182
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002632	0,002648
RENMINBI HONG KONG	796	0,7858	0,7859
RIAL/CATAR	800	1,5206	1,5216
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4775	1,4778
RINGGIT/MALASIA	828	1,3181	1,3201
RUBLO/RUSSIA	830	0,05972	0,05973
RUPIA/INDIA	860	0,06633	0,06638
WON COREIA SUL	930	0,004153	0,004157
EURO	978	6,1699	6,1711

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234
Junho/2024	Agosto/2024	0,003207	0,005610

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

10/09	0,01367378	3,05200411
11/09	0,01367422	3,05210215
12/09	0,01367466	3,05220085
13/09	0,01367510	3,05229954
14/09	0,01367554	3,05239719
15/09	0,01367554	3,05239719
16/09	0,01367554	3,05239719
17/09	0,01367598	3,05249498
18/09	0,01367642	3,05259346
19/09	0,01367687	3,05269415
20/09	0,01367731	3,05279380
21/09	0,01367775	3,05289145
22/09	0,01367775	3,05289145
23/09	0,01367775	3,05289145
24/09	0,01367819	3,05298912

Fonte: Fenaseg

TBF

14/09 a 14/10	0,7566
15/09 a 15/10	0,7952
16/09 a 16/10	0,8338
17/09 a 17/10	0,8345
18/09 a 18/10	0,8379
19/09 a 19/10	0,8391

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Agosto	1,0424
IGP-DI (FGV)	
Agosto	1,0423
IGP-M (FGV)	
Agosto	1,0426

Agenda Federal

Dia 25

Cofins - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de agosto/2024 (art. 18, II, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
Cofins - Demais Entidades - Cód. Darf 2172
Cofins - Combustíveis - Cód. Darf 6840
Cofins - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8645
Cofins não cumulativa (Lei nº 10.833/2003) - Cód. Darf 5856
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

IOF: Pagamento do IOF apurado no 2º decêndio de setembro/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre cervejas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0821.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre demais bebidas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0838.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre os produtos do código 2402.90.00 da TIPI (outros cigarros) - Cód. Darf 5110.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 84.29, 84.32 e 84.33 (máquinas e aparelhos) e nas posições 87.01, 87.02, 87.04, 87.05 e 87.11 (tratores, veículos automóveis e motocicletas) da TIPI - Cód. Darf 1097.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 87.03 e 87.06 da TIPI (automóveis e chassis) - Cód. Darf 0676.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre produtos classificados no Capítulo 22 da TIPI (bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres) - Cód. Darf 0668.
Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre todos os produtos (exceto os classificados no Capítulo 22, nos códigos 2402.20.00, 2402.90.00 e nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da TIPI) - Cód. Darf 5123.
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 11 a 20.09.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):
a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;
b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e
c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos.
Darf Comum (2 vias)

PIS-Pasep - Pagamento das contribuições cujos fatos geradores ocorreram no mês de agosto/2024 (art. 18, II, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
PIS-Pasep - Faturamento (cumulativo) - Cód. Darf 8109
PIS - Combustíveis - Cód. Darf 6824
PIS - Não cumulativo (Lei nº 10.637/2002) - Cód. Darf 6912
PIS-Pasep - Folha de Salários - Cód. Darf 8301
PIS-Pasep - Pessoa Jurídica de Direito Público - Cód. Darf 3703
PIS - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8496
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

VARIEDADES

18ª Mostra CineBH apresenta programação gratuita

CLÁUDIA DUARTE, Editora

A capital mineira vai "respirar", a partir de hoje (24) e até 29 de setembro (domingo), a chamada "sétima arte". A 18ª Mostra CineBH (Mostra Internacional de Cinema de Belo Horizonte) e o 15º Brasil CineMundi vão ocupar sete espaços da cidade: Casa da Mostra, Cine Theatro Brasil Vallourec, Fundação Clovis Salgado (Cine Humberto Mauro, Sala João Ceschiatti, Sala Juvenal Dias, Jardim Interno), sala de cinema do Minas Tênis Clube, Cine Santa Tereza, Teatro Sesiminas e Praça da Liberdade.

Durante seis dias, a 18ª Mostra CineBH vai oferecer uma programação intensa, abrangente e gratuita para todas as idades e públicos. Será uma temporada audiovisual de formação, reflexão, exibição e difusão do cinema brasileiro em intercâmbio com outros países, em conexão com as outras artes e em diálogo com a cidade de Belo Horizonte. Um espaço de formação, intercâmbio, lançamento e discussão da mais significativa produção cinematográfica atual com foco na América Latinaa, além de traçar perspectivas e possibilidades do cinema do presente e do futuro, segundo os organizadores.

"A mostra é um convite à diversidade de imagens e histórias que trazem a compreensão de que a América Latina não se resume simplesmente a um único conjunto de países e, sim, à singularidade de cada um dos 20 países e dos mais de 660 milhões de habitantes a compor esse conjunto. Mais que um espaço de exibição, será uma ponte de conexões, debates, reflexões e aproximação com esses países", ressalta a coordenadora geral da 18ª Mostra CineBH, Raquel Hallak



18ª Mostra CineBH tem programação ao ar livre, na Praça da Liberdade FOTO: DIVULGAÇÃO / LEO LARA


Programação completa tem mais de 100 filmes nacionais e internacionais FOTO: DIVULGAÇÃO / LEO LARA

Brasil CineMundi - Simultaneamente, acontece a 15ª edição do Brasil CineMundi – o evento de mercado do cinema brasileiro, que vai apresentar projetos de longas-metragens em fases variadas de concepção. Nesta edição são 38 projetos de longas-metragens em cinco categorias, sendo 33 projetos em desenvolvimento.

Todos os projetos serão apresentados para mais de 50 profissionais e representantes da indústria audiovisual mundial, vindos de diversos países - produtores, agentes de vendas, distribuidores, tutores especializados, representantes de fundos e programadores de festivais internacionais – que participam do evento para conhecer e fazer negócios com os projetos selecionados, participar de debates, painéis, agenda de relacionamentos.

Reforço – A Petrobras, que é uma das maiores apoiadoras da cultura no Brasil, neste ano voltou a ser a patrocinadora master dos eventos, depois de 13 anos. Isso marca um momento especial para o cinema brasileiro e para a cultura mineira, já que parceria acontece no ano em que o evento celebra duas marcas importantes: os 18 anos da Mostra CineBH e os 15 anos do Brasil CineMundi. Ambas as iniciativas têm se destacado no cenário audiovisual brasileiro, renovando a cada edição o compromisso com a criação de parcerias produtivas que fortalecem o cinema nacional.

"18ª Mostra CineBH e 15º Brasil Mundi - que é um evento simultâneo - vão de hoje (24) até domingo (29) em sete espaços da cidade"

A programação completa dos mais de 100 filmes nacionais e internacionais em pré-estreias e mostras temáticas, além de programa de formação com a oferta de oficinas, *workshops*, laboratórios, masterclass, ciclo de debates e painéis pode ser acessada em *cinebh.com.br.*

Fagner: emoção em dois shows na Capital


Fagner fez um dos shows mais importantes da carreira em BH FOTO: DIVULGAÇÃO/ MALU LUZ

Em 1976, o cantor Fagner fez um dos seus primeiros e mais importantes shows do início da carreira em Belo Horizonte, no palco do Teatro Francisco Nunes, ao lado de Robertinho do Recife. Um encontro que marcou para sempre a relação do cantor com o público mineiro. Agora, 48 anos depois, ele se prepara para reviver essas emoções em dois shows na capital: o primeiro, nesta quarta-feira (25), no Teatro Francisco Nunes; e o segundo, na quinta-feira (26), no Grande Teatro do Palácio das Artes.

"Minas foi um estado fundamental para a divulgação do meu nome e meu trabalho para o resto do Brasil. Fui acolhido de uma maneira surpreendente. Na época, já era relativamente conhecido no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas os shows que fiz aí, em Minas, ampliaram isso", explica Fagner.

A ideia é promover uma grande viagem musical pela carreira e trajetória do artista, em dois shows que vão trazer grandes sucessos como "Canteiros", "Fanatismo", "Mucuripe", "Revelação", "Jura Secreta", "Noturno", "Deslizes" e "Borbulhas de Amor", em versão acústica.

No Francisco Nunes, nesta quarta-feira, às 21h, será um show mais intimista, para apenas 525 pessoas, relembrando o ano de 76. "Vai ser para matar a saudade e homenagear aquele dia histórico, que marcou o início da minha relação com o público de BH e ajudou a construir uma história mais forte com a cidade", comenta.

No Palácio das Artes, no dia seguinte, às 21h, é uma apresentação no teatro que é considerado um dos mais queridos e amados de Belo Horizonte e, segundo o artista, é uma forma de retribuir todo o carinho que sempre recebeu na capital mineira.

Os ingressos estão à venda pelo site *Sympla*, para o Francisco Nunes, a partir de R$130,00 (meia entrada); e no site da *Eventim*, a partir de R$110,00 (inteira), para o Palácio das Artes. Além disso, estão à venda também nas bilheterias dos teatros.

DiariodoComercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067

FOTO: DIVULGAÇÃO / POLY ACERBI

"Burburinho – a primeira festa"

Integrando o 1º Festival Sesi em Cena – que traz à capital mineira uma vasta programação cultural a preços populares até outubro – estreia nesta quinta-feira (26) "Burburinho – a primeira festa", novo espetáculo autoral da quasecia. de teatro, de Belo Horizonte. É no Teatro de Bolso do Sesiminas (R. Padre Marinho, 60 – Santa Efigênia), às 20h, e os ingressos custam R$ 40 e R$ 20. Eles estão à venda na plataforma *Sympla* ou na bilheteria do teatro. Os seis atores vivenciam uma festa de aniversário, sua poesia e o curso dos acontecimentos e, no palco, personagens que transitam entre o chique e o decadente. O espetáculo fica em cartaz em curta temporada, até 29 de setembro.

"Café com Fé"

A Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE-MG) realiza o tradicional "Café com Fé" nesta sexta-feira (27), às 8h, na Capela do Palácio Cristo Rei, que fica na rua Santa Rita Durão, 1282, na Savassi, em Belo Horizonte. É um momento de interação, troca de ideias e celebração eucarística. As vagas são limitadas. Para participar é necessário confirmar a presença pelos telefones: (31) 3281-0710 e (31) 98988-3079 ou pelo e-mail *adceminas@adcemg.org.br*. A ADCE-MG promove missas e cultos ecumênicos mensais, desde 2009, de maneira itinerante, nas sedes de empresas associadas e parceiras da entidade. A finalidade é oferecer aos empresários, funcionários e convidados um momento para um encontro fraterno e para reflexão espiritual.

Festival Botecar

Começa hoje (24), em Belo Horizonte, o 8º Festival Botecar, que traz 39 bares de diversas regiões que elaboraram cardápios inspirados em estilos musicais, homenageando músicos mineiros. Os botecos vão usar cortes de porco, boi, frango, peixe e ingredientes típicos para montar pratos com preço médio de R$ 30 a R$ 44,90. O evento acontece até o dia 26 de outubro. Na edição 2024, o vencedor do Botecar será escolhido pela soma dos votos de um júri especializado e do público, considerando critérios como sabor do tira-gosto, temperatura da bebida, ambiente e atendimento. O voto popular será registrado por meio de um QRCode e direcionado para a plataforma de votação digital. A lista completa dos botecos e os pratos podem ser conferidos no site do festival: *festivalbotecar.com.br.*